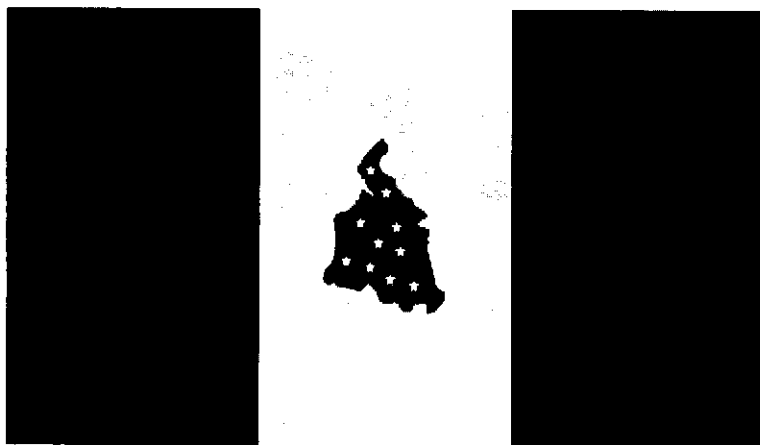


PREFEITURA DE QUIXERAMOBIM



LEI Nº 2.623/2013

**PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO
2014 – 2017**

Administração Cirilo Antônio Pimenta Lima



SUMÁRIO

LEI	2
EDITAL DE PUBLICAÇÃO	3
APRESENTAÇÃO	4
BASES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS	5
MARCO LEGAL	8
1. O MUNICÍPIO	10
1.1 Caracterização Geográfica	11
1.2 Aspectos Demográficos	12
1.3 Aspectos econômicos	13
1.4 Aspectos Sociais	16
2. ASSISTÊNCIA SOCIAL	17
2.1 Inclusão Produtiva	21
3. EDUCAÇÃO	21
4. SAÚDE	22
5. ASPECTOS DE GESTÃO MUNICIPAL	24
6. RESTRIÇÕES AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAS	26
7. FINANCIAMENTO DO PLANO	27
8. DETALHAMENTO DO PLANO	28



Lei Nº 2.623/2013, de 30 de outubro de 2013.

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Quixeramobim para o período 2014 / 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, ESTADO DO CEARÁ.

Faço saber que a Câmara Municipal de Quixeramobim aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, constantes de seus Anexos.

Art.2º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de lei específico.

Art.3º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Art.4º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art.5º - O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 31 de Maio de cada exercício, relatório de avaliação dos resultados da implantação deste Plano.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 30 de outubro de 2013.

CIRILO ANTÔNIO PIMENTA LIMA
Prefeito de Quixeramobim



EDITAL DE PUBLICAÇÃO
Nº 054/2013.-ASSEJU.

O Prefeito Municipal de Quixeramobim, no uso da competência que lhe confere o artigo 28 inciso X, da Constituição do Estado do Ceará e em consonância com o Art. 87 da Lei Orgânica do Município sancionada em 14.08.2011, autoriza a publicação, mediante afixação na Secretaria da Prefeitura e da Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público a LEI de Nº 2.623/2013 de 30.10.2013, para divulgação nesta data.

Cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim-Ce, 30 de outubro de
2013.

Cirilo Antonio Pimenta Lima
Prefeito Municipal



APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual 2014-2017 estabelece os objetivos estratégicos da gestão municipal com vistas à implementação de políticas públicas focadas no desenvolvimento local integrado e sustentável, reunindo informações das propostas de campanha realizadas em um trabalho coletivo, participativo e transparente com os mais variados e distintos segmentos da sociedade de Quixeramobim. Apresenta convergência com os princípios e diretrizes preconizados nos instrumentos legais - PPA, LDO, LOA e LRF.

O que se pretende é a concretização progressiva de tais princípios e diretrizes, através de intervenções e procedimentos, ancorados em objetivos que visam o enfretamento dos problemas existentes no Município, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de vida e da dignidade humana dos munícipes de Quixeramobim.

Cumprе ressaltar que o processo de planejamento não se encerra na apresentação formal do referido Plano. É uma ferramenta de gestão útil ao acompanhamento das metas estipuladas fornecendo um norte para o desenvolvimento e que permite ações corretivas durante o período de execução.

Assim, espera-se que este instrumento possa permitir aos interlocutores do PPA, gestores públicos, instituições e beneficiários em geral, avaliar a qualidade das ações e dos serviços, a evolução dos indicadores sociais, econômicos e institucionais, de modo a não perder de vista o alcance de seus objetivos.

Cirilo Antônio Pimenta Lima
Prefeito de Quixeramobim



BASES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

A concepção de planejamento que norteou a elaboração desse plano fundamenta-se nos conceitos de planejamento orientado por objetivos e, por conseguinte, focado no desenvolvimento de uma visão do futuro, na tomada / decisões no presente, na definição das mudanças desejadas e no acompanhamento com mais eficácia das ações empreendidas pela gestão pública municipal.

Dessa forma, o Plano Plurianual Municipal expressa seu significado, a partir de três premissas:

- Gestão com foco em resultados;
- Participação Social; e
- Transparência.

Para definição da estratégia do PPA foi utilizado o referencial teórico do Quadro/Marco Lógico, método que favorece a concepção de um plano. Consiste na articulação entre as ações e objetivos do plano, pois permite apresentar de forma sistemática e lógica as relações de causalidade.

Seguem, abaixo, os principais comentários sobre a fundamentação dessa proposta e algumas de suas conceituações básicas mais usuais:

Conceitos referentes à terminologia dos elementos do Quadro Lógico (QL)

Conjunto de conceitos correlacionados e interdependentes que descrevem de um modo operacional e sob a forma de uma matriz concisa, os aspectos mais importantes de um projeto, de forma a facilitar o acompanhamento, bem como o monitoramento e avaliação da sua implementação.

A apresentação estruturada da Matriz de Planejamento Governamental para o Município (MPG) com base no QL abrange o essencial do conteúdo e propósitos de um planejamento orientado para objetivos / resultados. Assim, na MPG figuram de forma sistemática e lógica: os **objetivos**, os **resultados**



esperados e os **programas** do PPA, assim como as suas relações causais (lógica vertical).

Para além dessa lógica entre atividades e objetivos, um QL deve, igualmente, apresentar os fatores externos (**suposições**) que influenciam os resultados finais de um plano de governo.

Por último, a apresentação, precisa e concisa dos objetivos e resultados, deve ser complementada com a descrição dos **indicadores** e dos **meios de verificação** necessários para obter informação sobre esses objetivos e resultados, permitindo, desse modo, acompanhar, mensurar e analisar os resultados (lógica horizontal)¹.

Elementos da Matriz de Planejamento Governamental (MPG)

Objetivo Síntese: Resultado que se pretende alcançar com a realização das políticas e estratégias de governo. Descreve as melhorias e mudanças desejadas para a população local partindo da situação dita como atual ao início do planejamento.

Objetivos Estratégicos: Resultado que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais. Descrito de forma concisa e precisa, sendo mensurável por indicadores, que expressam o impacto esperado. Quando cumprido o objetivo estratégico, deve contribuir para o objetivo síntese de governo.

Programas: Produtos, bens e/ou serviços colocados à disposição pela instituição executora dos Programas Municipais, visando assegurar que as mudanças ou melhorias pretendidas pelos usuários/beneficiários dos programas, venham a se concretizar, sendo aferidos seus resultados por indicadores de desempenho;

Ações: Ações previstas, a serem executadas para atingir os resultados pretendidos pelos programas governamentais, concebidas de forma segmentada e gradual na sua execução. As ações são a base para uma primeira quantificação dos insumos e custo necessário para a execução do plano;

¹ Geralmente, complementa este QL uma clara descrição dos *meios* e dos *custos* necessários para executar as atividades planejadas e administrar o projeto em questão (ver mais adiante).



Lógica de intervenção: Indica a estratégia de base concebida pelo plano. Trata-se do conjunto de etapas internas e interdependentes desse projeto que deverão ser concluídas para contribuir para o objetivo síntese.

Indicadores verificáveis: Também chamados de indicadores objetivamente verificáveis (IOV), em geral, são descrições operacionais dos objetivos estratégicos e objetivos dos programas traduzidos em termos mensuráveis (por exemplo: volume de produção visada, quantidade público-alvo beneficiado etc.) e temporalmente definidos (com frequência de verificação estabelecida).

Os IOV's permitem esclarecer e verificar a pertinência e a viabilidade desses objetivos e resultados, assim como monitorar e mensurar o grau de sua realização de maneira tão eficaz e objetiva quanto possível.²

Meios de verificação: Indicam onde se obtêm as informações sobre a realização dos objetivos e resultados (apresentados em termos operacionais, sob a forma de indicadores).

Recursos: Constituem o conjunto dos inputs ou recursos humanos (incluindo os serviços de assessoria, estudos etc.), materiais (infra-estruturas, equipamentos etc.) e financeiros (fundos especiais, fundos rotativos etc.) necessários para executar as ações previstas, incluindo a sua administração e monitoramento/avaliação.

Custos: Trata-se da tradução, em termos financeiros, de todos os meios necessários à execução dos programas/ações.

² De uma maneira geral, contudo, os indicadores são freqüentemente mais qualitativos do que quantitativos ao nível do objetivo global, enquanto os indicadores dos resultados e dos objetivos específicos tendem normalmente a basear-se em mais elementos quantitativos.



MARCO LEGAL

Dentro do ordenamento jurídico brasileiro, O PPA é regido pela **Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, inciso I**, que o considera instrumento normativo para que os entes municipais materializem o planejamento de seus programas e ações governamentais, de forma a fortalecer a integração entre as funções de planejamento e orçamento. E ainda, determinando a compatibilidade entre os três instrumentos legais básicos: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA. Lembrando-se também que o art.166 da CF, prevê que as emendas ao Projeto da LOA ou aos projetos que modifiquem esse orçamento somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA e com a LDO.

A **Lei Complementar nº 101 de 2000**, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, por sua vez, no seu artigo 8º, instituiu a Programação Financeira e o Cronograma de Execução de Desembolso para de despesas das atividades e projetos, para detalhamento mensal. A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, deixando claro que a decisão de aumentar gastos, independente de seu mérito, deve estar acompanhada de uma fonte de financiamento.

A **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**, que acrescenta dispositivos a LRF, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esta Lei modifica o artigo 48 da LRF, determinando através do seu parágrafo único que: "A transparência será assegurada também mediante: I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; III - adoção



de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao

disposto no art. 48-A", o qual determina quais informações da receita e da despesa devem ser disponibilizadas ao público. Estabelece, também, os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A: I - 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes; II - 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes; III - 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Portaria nº 42, de 14/04/1999, do Ministério Orçamento e Gestão – atualiza a discriminação de despesa por funções de que tratam o inciso I, § 1º, dos artigos 2º e 8º, ambos da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências.

1. O MUNICÍPIO



Figura 1: Mapa Municipal de Quixeramobim (IPECE, 2006)

Quixeramobim é dividido em 12 distritos: Sede, Belém, Nenelândia, Uruquê, Lacerda, Paus Brancos, Damião Carneiro, Passagens, São Miguel, Encantado, Manituba e Berilândia.

Sua divisão geopolítica delimita-se ao Norte com o município de Madalena, ao Sul com Senador Pompeu, Solonópole e Pedra Branca, ao Leste com os municípios de Quixadá, Banabuiú e Choró e a Oeste com Boa Viagem.



1.1 Caracterização Geográfica

Situa-se no Nordeste do Estado do Ceará, no sopé da serra de QUIXERAMOBIM, distante 30 km de Fortaleza,

Área da unidade territorial: 3.275,625 km² (IBGE, 2010)

Latitude: 5°11'57"

Longitude: 39°17'34"

Altitude da sede: 191,7 metros

Mesorregião: Sertões Cearenses

Microrregião: Sertão de Quixeramobim

População: 71.887 (IBGE, 2010)

Limites:

Norte: Quixadá, Xoró, Madalena;

Sul: Senador Pompeu, Milhã;

Leste: Milhã, Solonópole, Banabuiú, Quixadá;

Oeste: Madalena, Boa Viagem, Pedra Branca, Senador Pompeu;

Clima: Tropical Quente Semi-árido

Período Chuvoso: fevereiro a abril

Unidades Fitoecológicas: Caatinga Arbustiva Densa, Caatinga Arbustiva Aberta, Floresta Carducifólia Espinhosa, Floresta Subcarducifólia Tropical Pluvial.

Unidades Geomorfológicas: Depressão sertaneja e maciços residuais.

Solos: Brunizem Avermelhado, Bruno não Cálcico, Solos Litólicos, Planossolo Solódico, Podzólico Vermelo-Amarelo, Regossolo e Vertissolo.

Atividades econômicas: A economia do Município tem sua base na Agricultura, Pecuária, Comércio, Indústria e Serviços. Quixeramobim destaca-se por ter o maior rebanho bovino leiteiro do Estado, onde possui aproximadamente 60.000 cabeças de bovino e produz 110.000 litros de leite/dia. Possui também rebanhos significativos de: ovino, caprino, suíno, asinino, mular e galináceo. As culturas mais desenvolvidas em nosso município são: Feijão, Milho, Arroz, Algodão e Fruticultura.



Minas: Nas jazidas minerais são extraídos: barita, topázio, granada, berilo, gipsita, turmalina, biotita, calcário, lepidotita e malaquita.

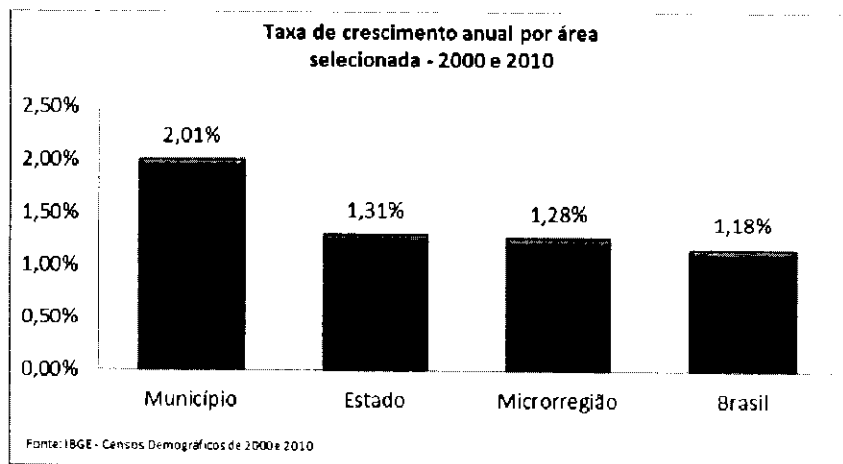
Possuímos também os seguintes minerais:

- Pedras Preciosas: citrinos, águas marinha, turmalinas (várias cores), argaritas, granadas e outras.
- Cristal de Rocha: quartzo transparente (cristal), ametistas (quartzo lilás), quartzo fumê e quartzo rosa.
- Minerais Industriais: muscovitas (mica), berilo, feldspato, tantalita, quartzo industrial, lepidalita (minério de lítio), calcário.
- Minerais Utilizados em Artesanato: ônix mármore, calcário, (várias espécies) , quartzos (várias cores).

Artesanato: Quixeramobim tem o reconhecimento Nacional com o selo de qualidade do SEBRAE na sua produção de bordados artesanais.

1.2 Aspectos Demográficos

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 2,01% ao ano, passando de 58.918 para **71.887 habitantes**. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,31% ao ano e superior à cifra de 1,08% ao ano da Região Nordeste.

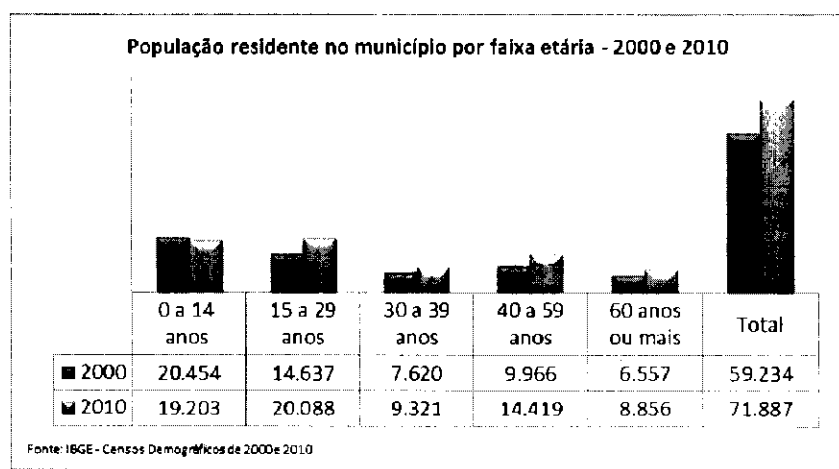




A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 51,82% e em 2010 a passou a representar 60,41% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,1% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 11,1% da população, já em 2010 detinha 12,3% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -0,6% ao ano. Crianças e jovens detinham 34,7% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 20.454 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 26,7% da população, totalizando 19.203 habitantes.



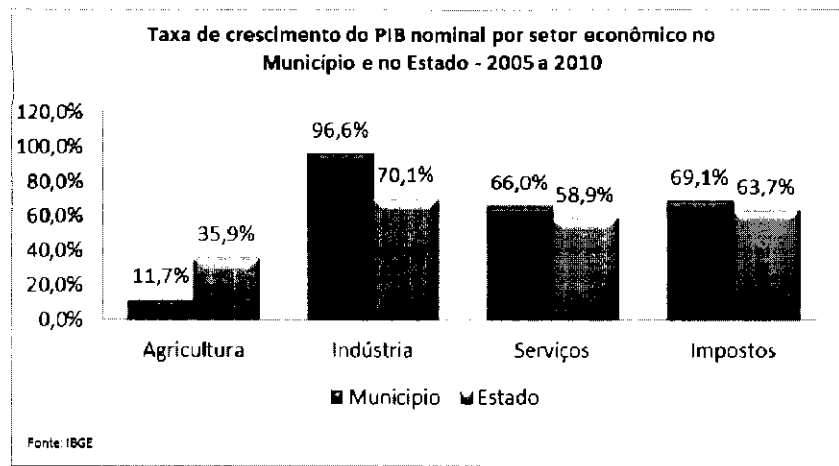
A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 3,12% ao ano), passando de 32.223 habitantes em 2000 para 43.828 em 2010. Em 2010, este grupo representava 61,0% da população do município.

1.3 Aspectos econômicos

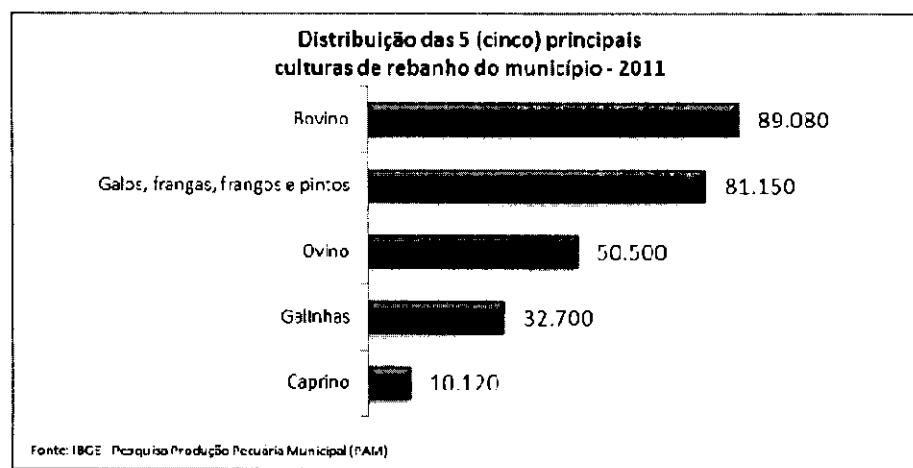
Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 65,1%, passando de R\$ 211,8 milhões para R\$ 349,8 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 60,5%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,52% para 0,53% no período de 2005 a 2010.



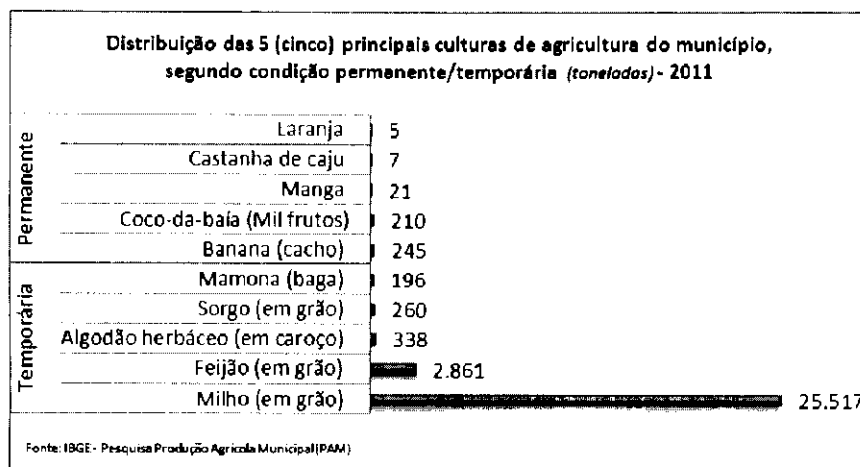
A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 57,9% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 25,8% em 2010, contra 21,7% em 2005. Variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial decresceu de 21,7% em 2005 para 21,6% em 2010.



Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:



Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:

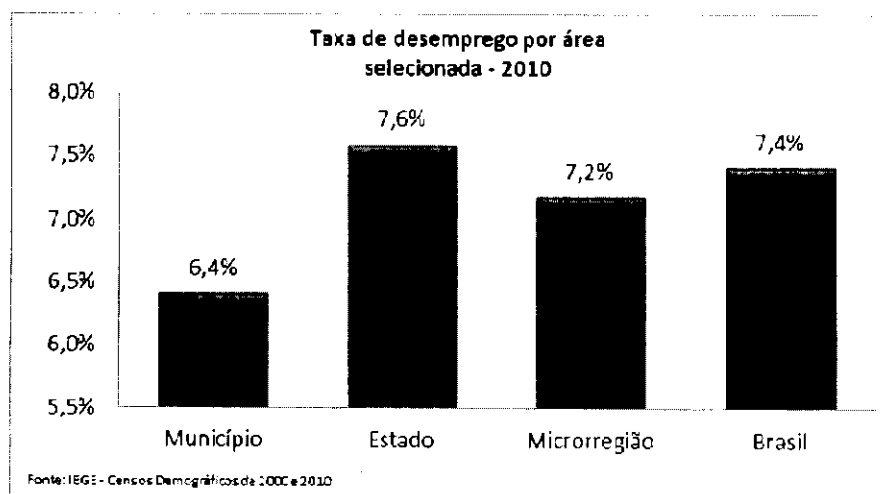


O município possuía 6.276 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 92% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 37% da área, ocupavam 87% da mão-de-obra do setor e participavam com 66% do valor da produção agropecuária municipal.

Atualmente, temos 10.658 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município.

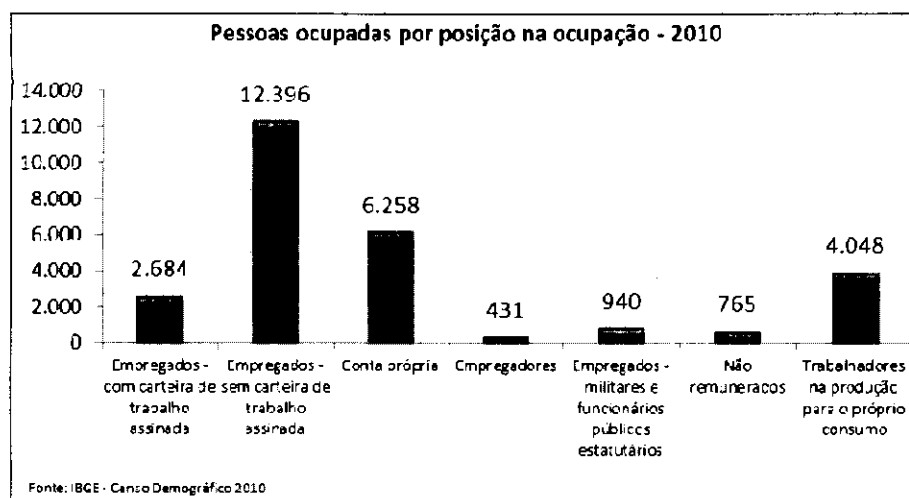
Quanto ao Mercado de Trabalho, conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 29.444 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 27.524 estavam ocupadas e 1.920 desocupadas. A taxa de participação ficou em 49,0% e a taxa de desocupação municipal foi de 6,5%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:





A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 9,8% tinham carteira assinada, 45,0% não tinham carteira assinada, 22,7% atuam por conta própria e 1,6% de empregadores. Servidores públicos representavam 3,4% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 17,5% dos ocupados.



Das pessoas ocupadas, 21,4% não tinham rendimentos e 82,4% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 590,77. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 685,93 e entre as mulheres de R\$ 507,79, apontando uma diferença de 35,08% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por seis anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 429. No último ano, as admissões registraram 1.013 contratações, contra 1.017 demissões.

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 3.682 postos, 24,9% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 54,1% no mesmo período.

1.4 Aspectos Sociais

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 71.887 residentes, dos quais 14.508 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 20,2% da população

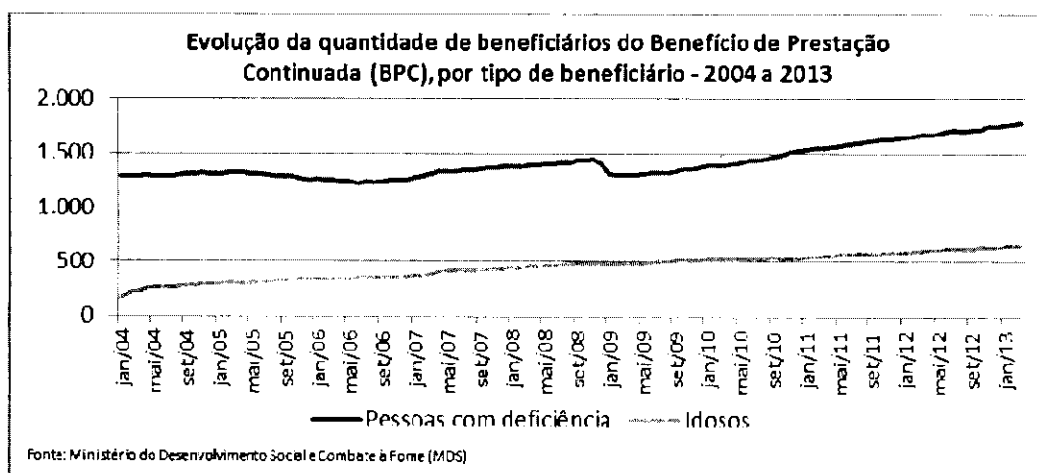


municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 9.073 (62,5%) viviam no meio rural e 5.435 (37,5%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

2. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. O gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:



A vulnerabilidade social está relacionada com as condições de renda e emprego, os níveis de educação, as condições de habitação e saneamento, o acesso aos serviços de saúde, entre outros; não limitando o conceito, apenas, a privação de renda. De acordo com o Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social, compreende-se por vulnerabilidade social a inacessibilidade à "estrutura de



oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade”.

Nessa perspectiva, partindo das diferentes informações do contexto de vulnerabilidade social de Quixeramobim, analisados acima, é possível estabelecer um recorte específico da população em situação de vulnerabilidade social. Para isso foram utilizados dados do Cadastro Único para Programas Sociais, tendo como referência maio/2013 e os dados referentes aos registros dos Equipamentos da Assistência Social, CRAS e CREAS.

O Cadastro Único é um instrumento que permite a identificação e caracterização socioeconômica de famílias de baixa renda. A inscrição neste cadastro possibilita a família participar de programas sociais como o Programa Bolsa Família - PBF, o Pronatec Brasil sem Miséria, o Programa Minha Casa, Minha Vida, dentre outros. No período analisado, o total de famílias cadastradas no Município de Quixeramobim é **15.095**, dentre as quais:

- 10.366 com renda per capita familiar de até R\$70,00;
- 12.081 com renda per capita familiar de até R\$ 140,00;
- 14.402 com renda per capita até meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de jul de 2013, **11.439 famílias**, representando uma cobertura de 113,7 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 169,12 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.934.512 no mês.

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 635 famílias em situação de extrema pobreza.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2013, atingiu o percentual de 95,73%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 10.299 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 10.758. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 95,77%, resultando em 2.218 jovens acompanhados de um total de 2.316. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dez de



2012, atingiu 89,41 %, percentual equivale a 9.161 famílias de um total de 10.246 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

O trabalho realizado com os usuários da Assistência é dividido por territórios, com suas respectivas realidades e planos de enfrentamento das situações de vulnerabilidade social manifestadas:

- O território do Centro de Referência da Assistência Social – **CRAS 1** compreende:
Território Urbano: Bairros Maravilha, Jaime Lopes, Duque de Caxias e Centro.
Território Rural: Distritos Nenelândia, Berilandia, Encantado, Paus Brancos, São Miguel, Lacerda.
- O território do Centro de Referência da Assistência Social – **CRAS 2** compreende:
Território Urbano: Bairros Luiz Almeida, Antônio Cisnando, José Airton Machado, Distrito Industrial.
Território Rural: Distritos Sede Rural, Uruquê e Belém.
- O território do Centro de Referência da Assistência Social – **CRAS 3** compreende:
Território Urbano: Bairros José Aurélio Câmara, Monteiro de Moraes e Salviano Carlos.
Território Rural: Distritos Damião Carneiro, Manituba e Passagem.

Consideramos, a partir das cartografias sociais já realizadas, como também pelos atendimentos aos usuários referenciados nos equipamentos supracitados que, a renda insuficiente é uma característica saturada nos territórios, portanto para dar conta da extensão da pobreza a que grande parte desta população está imersa, outros fatores devem ser considerados quando se trata de aferir a situação de vulnerabilidade e risco social do público alvo. Aos 03 (três) CRAS e ao CREAS compete compreender esse contexto socioeconômico e familiar e, a partir desse diagnóstico definir o perfil de famílias vulneráveis.

Os casos de vulnerabilidade social são manifestados sob as seguintes demandas aos corpos técnicos dos CRAS e do CREAS:

- Famílias sobrevivendo com renda exclusivamente oriundas de benefícios sociais, e/ou de trabalhos informais e esporádicos;
- Famílias com pessoas adultas sem qualificação profissional para inclusão no mercado de trabalho e/ou habilidades para gerar renda;
- Jovens com escasso acesso a serviços de qualificação profissional e/ou inserção no mercado de trabalho;
- Mulheres vitimadas, ameaçadas em razão da violência doméstica ou familiar causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral, acompanhadas ou não de seus filhos;



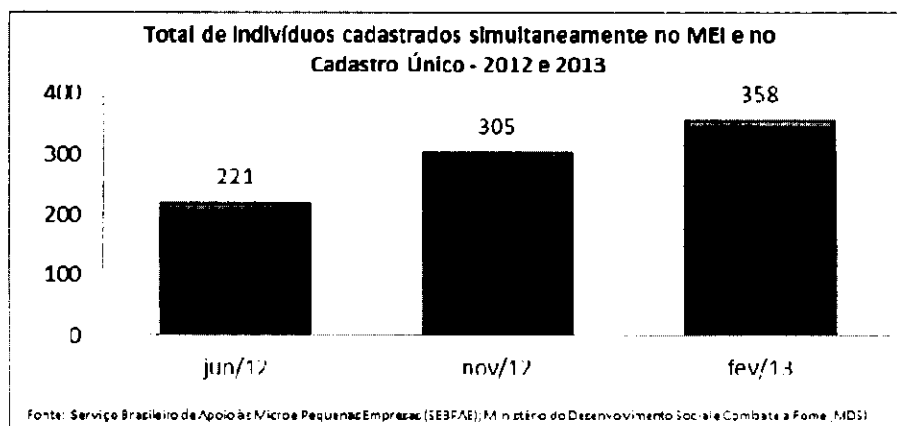
- Gravidez na adolescência, jovens com faixa etária entre 12 e 17 anos em período gestacional;
- Relações familiares afetivas fragilizadas;
- Ausência de inserção dos usuários no mercado de trabalho, por: desqualificação profissional e técnica; baixo ou nulo grau de instrução básica; falta de ocupações com renda suficientemente para garantir a motivação laboral e necessidades de sobrevivência;
- Pessoa com deficiência, ou incapacitada para atividades laborais as quais são encaminhamentos para concessão de Benefício de Prestação Continuada – BPC, por demanda espontânea ou identificação do técnico;
- Déficit na educação formalizada (ensino fundamental e médio);
- Ausência de conscientização do papel das famílias na disseminação de valores indispensáveis a perpetuação dos preceitos morais, éticos e de cidadania;
- Não acesso ou acesso insuficiente a bens e serviços;
- Privação de capacidades básicas: qualificação profissional, letramento, saúde, moradia;
- Ausência de documentação civil;
- Família com Pessoa com Deficiência - PCD;
- Exposição a riscos sociais: abuso e exploração sexual, trabalho infanto-juvenil, aliciamento, abandono, negligência, fragilidade e/ou ruptura de vínculos familiares e comunitários violência, consequências do tráfico e uso de drogas, desemprego etc;

Baseados nos registros dos prontuários de cada família concatenados nos bancos de dados dos CRAS apresentam-se o número de famílias referenciadas em cada território:

CRAS 1	TOTAL DE REFERENCIADOS
Nº de Famílias Cadastradas	3.310
CRAS 2	TOTAL DE REFERENCIADOS
Nº de Famílias Cadastradas	3.394
CRAS 3	TOTAL DE REFERENCIADOS
Nº de Famílias Cadastradas	3.136

2.1 Inclusão Produtiva

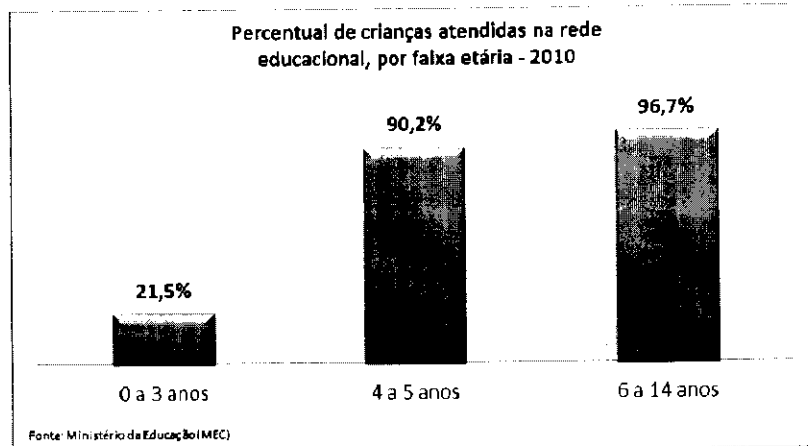
Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 931 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:



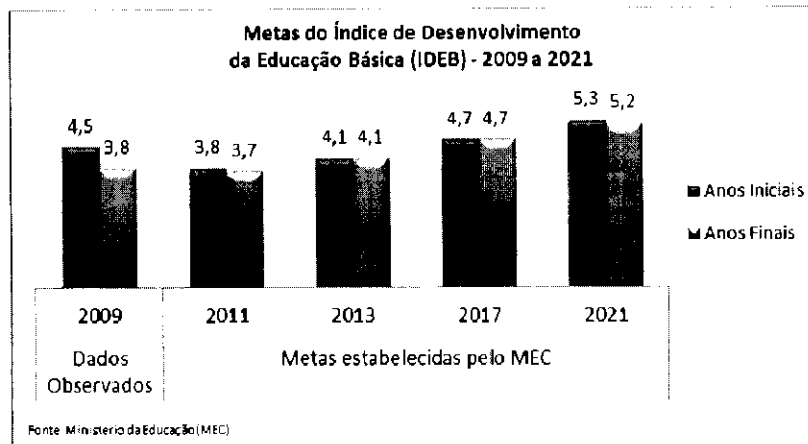
3. EDUCAÇÃO

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 21,9%. Na área urbana, a taxa era de 16,7% e na zona rural era de 29,8%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 5,1%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:



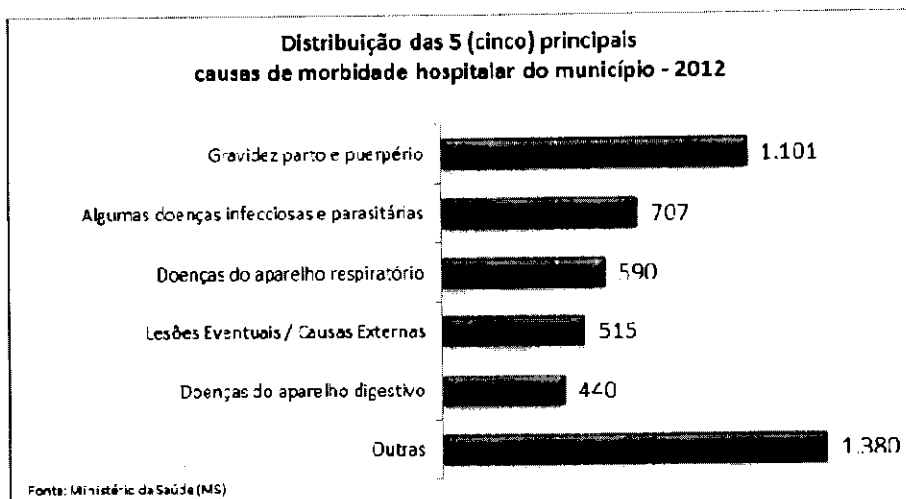
Foram calculadas as metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico abaixo:



4. SAÚDE

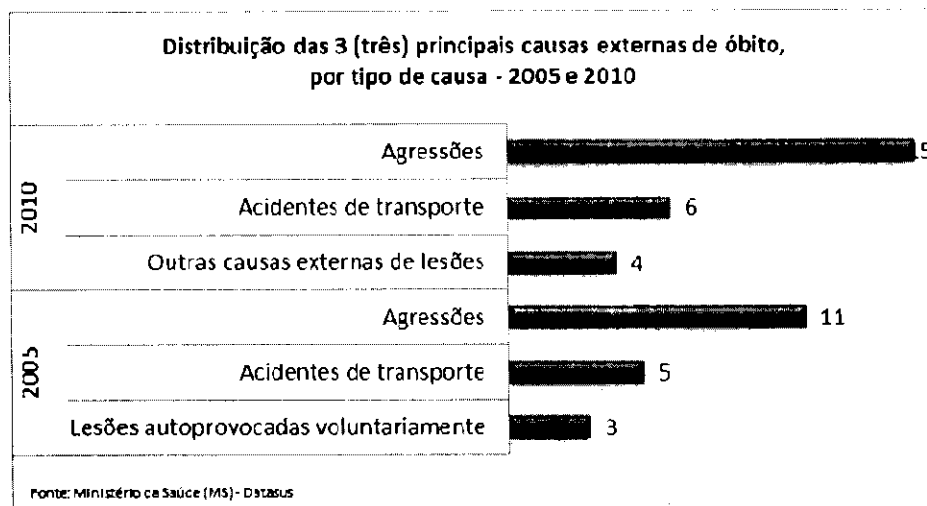
Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área no município de Quixeramobim. No tocante à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de 16 crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 1.725 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 13,41 crianças a cada mil nascimentos.

No que concerne à morbidade hospitalar, as 5 (cinco) principais causas de internação são as listadas no gráfico abaixo:



Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 20.088 indivíduos, sendo que 44 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

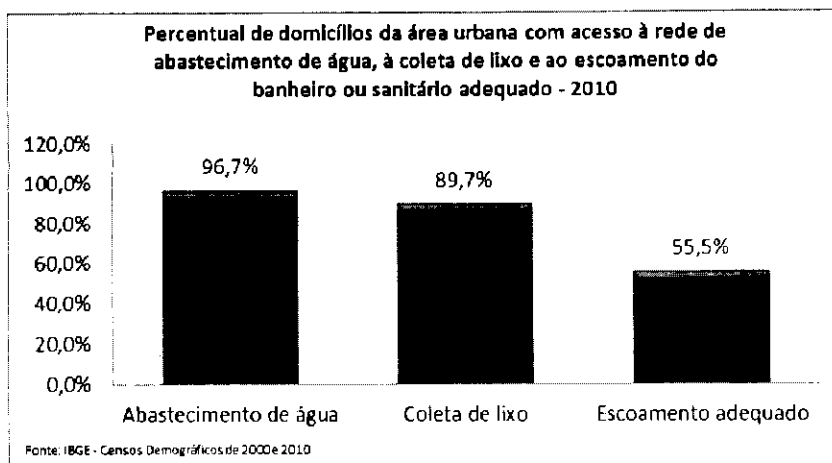
Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as causas de morte variam por município. No município, as 3 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no gráfico abaixo, tomando por base os anos de 2005 e 2010:



Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na **área rural** do município, a coleta de lixo atendia 81,0% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de



água, o acesso nessa área estava em 51,7% dos domicílios particulares permanentes e 14,2% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da área urbana, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:

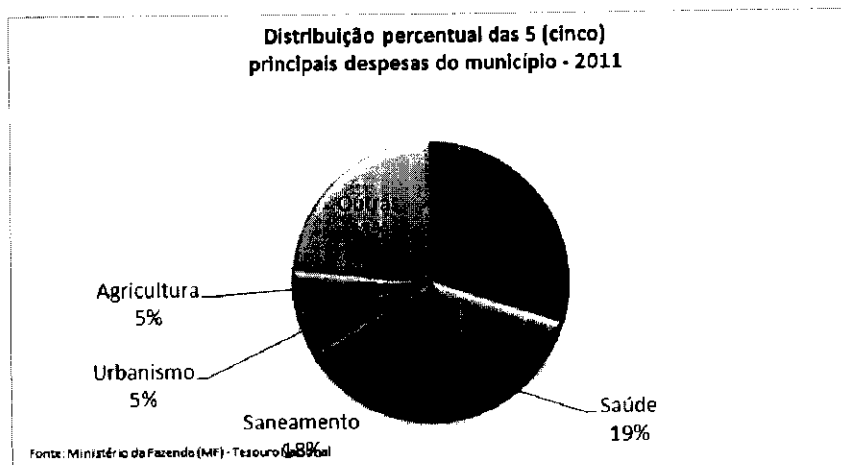


5. ASPECTOS DE GESTÃO MUNICIPAL

A receita orçamentária do município passou de R\$ 41,4 milhões em 2005 para R\$ 73,5 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 77,7% no período ou 15,46% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 15,61% em 2005 para 13,38% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção diminuiu de 20,87% para 14,51%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 26,21% da receita orçamentária em 2005 para 26,73% em 2011. Essa dependência foi inferior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 26,98% em 2011.



As despesas com educação, saúde, urbanismo, saneamento e previdência social foram responsáveis por 75,19% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 4,30% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 4,41%.



6. RESTRIÇÕES AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAS

O vasto conjunto de normas legais a serem adotadas pela gestão fiscal, além dos grandes agregados da despesa pública pressionam a execução orçamentária, dimensionando a disposição dos recursos ordinários. Tal efeito provoca fortes restrições aos recursos públicos e a sua consequente alocação em setores de atividades, conforme discriminado abaixo:

- Vinculação de no mínimo 25% de recursos da receita de impostos e transferências constitucionais oriundas de impostos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- Vinculação de no mínimo 15% de recursos da receita de impostos e transferências constitucionais oriundas de impostos destinados às Ações e Políticas Públicas de Saúde – Emenda Constitucional nº 29;
- Limite de despesas com o Poder Legislativo – Emenda Constitucional nº 25/2000, definiu limite de repasse para financiamento dos gastos das Câmaras Municipais, em percentuais que variam de acordo com a população;
- Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – observam os limites legais estabelecidos na LC 101/200 – Lei de Responsabilidade Fiscal, em limite calculado sobre percentual da Receita Corrente Líquida Municipal;
- Serviço da Dívida – por se tratarem de compromissos assumidos no passado e não se submeterem a prioridades que norteiam a construção do PPA, a reserva de contingência que é estabelecida conforme LDO e outras operações especiais que não integram este Plano, mas impactam diretamente a execução orçamentária;
- Captação de recursos de convênio – todos os investimentos estruturantes constantes deste Plano serão realizados a partir da captação de recursos de convênios a serem celebrados com os Governos Federal e Estadual. A não efetivação dos mesmos implicará na não execução do serviço público planejado.



7. FINANCIAMENTO DO PLANO

O Plano Plurianual do Município para o período de 2014 / 2017 será financiado, anualmente através de recursos oriundos dos orçamentos do Município, conforme especificado em Tabela I em anexo, que apresenta uma projeção de receitas por fontes para o próximo quadriênio, a preços correntes, tendo por base a série histórica dos exercícios de 2009 a 2012 e revisão do exercício de 2013.

A receita projetada foi baseada em metodologia consagrada nacionalmente, utilizando como premissas os agregados macroeconômicos previstos para crescimento da economia (PIB – Produto Interno Bruto) do Estado do Ceará, taxa de inflação (IPCA) e da modernização nos procedimentos de arrecadação do município, que tem ensejado um crescimento tanto nas receitas diretamente arrecadadas pelo Município, como também, nas arrecadas pela União e Estado do Ceará, nos quais o Município tem participação. O cenário macroeconômico utilizado para a projeção de receitas é o que segue:

Ano	2014	2015	2016
PIB Estadual (% crescimento anual)	3,5	4,0	4,0
Inflação Média % - IPCA	4,5	5,0	5,0
Modernização dos Procedimentos de Arrecadação	2,0	2,0	2,0

Fonte: IBGE, IPECE.

Os valores correspondentes às transferências voluntárias e operações de crédito foram estimados com base em critérios do Sistema Único de Saúde – SUS, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, na apresentação de emendas por parlamentares aos orçamentos da União, ou por liberações diretas dos orçamentos do Estado e da União, por meio da celebração de convênios e na contratação de financiamentos para o desenvolvimento de programas essenciais para o desenvolvimento do Município.



8. DETALHAMENTO DO PLANO

ÓRGÃO 01: GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE GESTORA 01.01: GABINETE DO PREFEITO

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 0101
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	1.417.052	4.676.272
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	1.417.052	4.676.272
Valores Globais		6.093.324

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas ao Apoio, a Gestão e a Manutenção da atuação governamental do Gabinete do Prefeito na articulação intra e inter institucional da Prefeitura de Quixeramobim com outros entes.

INICIATIVAS:

Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais do Gabinete
 Manutenção do Gabinete
 Iniciativas de Publicidade e Promoção Institucional

PROGRAMA: 0102
GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES - DEFESA CIVIL

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Total de habitantes	unid.	2010	73.000
Cisternas construídas	unid.	2012	735
Bolsa estiagem	unid.	2012	2.708
Adutoras	unid.	2007	6
Poços	unid.	2007	150
Densidade demográfica	hab/km ²	2000	18,08

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	20.000	66.000
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	20.000	66.000
Valores Globais		86.000

OBJETIVO:

Assegurar o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar desastres naturais e outros incidentes, preservando e restabelecendo a normalidade social.

INICIATIVAS:

Gestão de Riscos e Respostas a Desastres

METAS: 2014- 2017

Mapear áreas de risco
 Mobilizar a Manutenção de grupo de apoio a desastres
 Disponibilizar carros pipa, sementes e outros insumos em casos de riscos e/ou desastres
 Capacitar agentes em Defesa Civil
 Articular junto a defesa civil Estadual e Federal a Realização de Obras preventivas de desastres

ÓRGÃO 02: OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO
UNIDADE GESTORA 02.01: OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 0201
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	203.000	669.900
Despesas de Capital	10.000	33.000
Outras Fontes		
	213.000	702.900
Valores Globais		915.900

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas ao Apoio, a Gestão e a Manutenção da atuação governamental da Ouvidoria Geral do Município.

INICIATIVAS:

Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais da Ouvidoria Geral do Município
 Manutenção da Ouvidoria Geral do Município

PROGRAMA: 0202
DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Disponibilidade do cx sem RCL	%	2012	8,53
Receita Tributária s/ RCL	%	2012	6,16
Despesa c/ Pessoal s/ RCL	%	2012	48,16
Despesa Consolidada Líquida s/ RCL	%	2012	5,75
Dívida Consolidada s/ RCL	%	2012	14,17

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	30.000	90.000
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	30.000	90.000
Valores Globais		120.000

OBJETIVO:

Proporcionar à Administração Municipal soluções integradas, com qualidade e processos uniformizados.

INICIATIVAS:

Iniciativas de Fortalecimento da Participação Popular

METAS: 2014- 2017

Formar uma equipe no dia D para atender a população
 Criar Núcleo para Falar com a Prefeitura (Fale com a Prefeitura)
 Disponibilizar um sistema 0800 para contato gratuito entre municípios e a Ouvidoria Geral do Município

ÓRGÃO 03: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
UNIDADE GESTORA 03.01: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 0301
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	536.000	1.768.800
Despesas de Capital	10.000	33.000
Outras Fontes		
	546.000	1.801.800
Valores Globais	2.347.800	

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e manutenção da atuação da Controladoria Geral do Município.

INICIATIVAS:

Pessoal e Encargos Sociais da Controladoria
 Ações de Manutenção da Controladoria Geral

PROGRAMA: 0302
DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Disponibilidade do cx sem RCL	%	2012	8,53
Receita Tributária s/ RCL	%	2012	131,86
Despesa P. sem RCL	%	2012	48,16
Dívida Consolidada Líquida s/ RCL	%	2012	5,75
Dívida Consolidada s/ RCL	%	2012	14,17

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	10.000	33.000
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	10.000	33.000
Valores Globais	43.000	

OBJETIVO:

Proporcionar à Administração Municipal uma solução integrada, assegurando qualidade tecnológica, processos uniformizados e otimização do uso e controle dos recursos do Município, por meio de avaliações da execução de programas de governo, comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, quanto a eficácia e eficiência, da gestão dos administradores públicos municipais, exercendo o controle das operações de crédito e, também, exercendo atividades de apoio ao controle externo. Além de focar suas atividades no aprimoramento da gestão e da execução das políticas públicas, visando à melhoria da prestação de serviços públicos.

INICIATIVAS:

Iniciativas de Fortalecimento do Controle Interno

METAS: 2014- 2017

Aperfeiçoar o Controle Interno
 Capacitar quinzenalmente os Coordenadores Administrativos Financeiros
 Apoiar o Controle Social e Externo
 Orientar o Controle Social
 Fornecer Assistência Técnica aos Conselhos Municipais
 Acompanhar o Desempenho da Receita Tributária

ÓRGÃO 04: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
UNIDADE GESTORA 04.01: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 0401
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	310.000	1.023.000
Despesas de Capital	5.000	16.500
Outras Fontes		
	315.000	1.039.500
Valores Globais	1.354.500	

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental da Procuradoria Geral do Município.

INICIATIVAS:

Pessoal e Encargos Sociais
Ações de Manutenção da Procuradoria Geral do Município
Cumprimento de Sentenças Judiciais e Outros Encargos

ÓRGÃO 05: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE GESTORA 05.01: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 0501
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SAFIN

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	1.422.000	4.692.600
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	1.422.000	4.692.600
Valores Globais	6.114.600	

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas ao Apoio, a Gestão e a Manutenção da atuação governamental da Secretaria de Administração e Finanças.

INICIATIVAS:

Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais da SAFIN
 Ações de Manutenção da SAFIN
 Gestão e Valorização dos Recursos Humanos

PROGRAMA: 0502
GESTÃO FISCAL E PRATIMONIAL

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Disponibilidade de Caixa s/ RCL	%	2012	8,53
Receita Tributária s/ RCL	%	2012	6,16
Despesa c/ Pessoal s/ RCL	%	2012	48,16

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	140.000	462.000
Despesas de Capital		
Outras Fontes		2.000.000
	140.000	2.462.000
Valores Globais		2.602.000

OBJETIVO:

Aprimorar os procedimentos de administração fiscal e tributária, visando a maior eficiência e controle nos recursos arrecadados e assegurar aos órgãos públicos instalações físicas adequadas para o desenvolvimento de suas finalidades.

INICIATIVAS:

Modernização da Administração Tributária - PMAT
 Modernização da Gestão Fiscal e Contábil
 Modernização da Gestão Patrimonial
 Modernização da Gestão Tributária

METAS: 2014- 2017

Aumentar em 20% a arrecadação tributária municipal através de um programa de incentivo fiscal e do PMAT
 Adequar a contabilidade aos padrões e normas internacionais e de contabilidade aplicada ao setor Público
 Modernizar até 80% dos equipamentos de tecnologia da informação
 Elaborar o plano de desenvolvimento de tecnologia de informação e comunicação
 Atualizar o cadastro imobiliário e mobiliário do município
 Atualizar a planta genérica de valores
 Adquirir equipamentos de apoio à fiscalização
 Implantar a gestão eletrônica de documentos - GED

Interligar em rede todas as unidades da administração direta

PROGRAMA: 0503
DÍVIDA PÚBLICA

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Dívida Consolidada Líquida s/ RCL	%	2012	5,75
Dívida Consolidada s/ RCL	%	2012	14,17

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	485.000	1.600.500
Despesas de Capital	450.000	1.485.000
Outras Fontes		
	935.000	3.085.500
Valores Globais		4.020.500

OBJETIVO:

Destinação de recursos hábeis ao cumprimento de débitos junto à União.

INICIATIVAS:

Amortização e Encargos da Dívida Pública

METAS: 2014- 2017

Amortizar mensalmente as parcelas da dívida fundada

Acompanhar a evolução de 100% dos parcelamentos de débito do Município

ÓRGÃO 06: SECRETARIA DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS
UNIDADE GESTORA 06.01: SECRETARIA DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 0601
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes		
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
Valores Globais		0,00

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas ao Apoio, a Gestão e a Manutenção da atuação governamental da Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos.

INICIATIVAS:

Pessoal e Encargos da Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos
 Ações de manutenção da Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos

PROGRAMA: 0602
CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Total de habitantes	unid.	2010	73.000
Área territorial	km ²	-	3.579
Cisternas construídas	unid.	2012	735
Adutoras	unid.	2007	6
Agricultura familiar	unid.	2010	10.658
Poços	unid.	2007	150
Densidade demográfica	hab/km ²	2000	18,08

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes		
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
Valores Globais		

OBJETIVO:

Implementar Ações para o desenvolvimento de recursos hídricos com o objetivo de fortalecer a população Urbana e Rural do Município.

INICIATIVAS:

Construção e ampliação de barragens, açudes e poços
 Limpeza, conservação e monitoramento dos açudes, barragens e outras fontes de recursos hídricos
 Gestão das políticas públicas de Recursos Hídricos
 Projetos de irrigação

METAS: 2014- 2017

Construir e ampliar de barragens e açudes
 Realizar projetos de Limpeza, conservação e monitoramento dos açudes, barragens e recursos hídricos em até 80 das fontes de reserva
 Mapear e acompanhar o nível e a qualidade da água em 80% das fontes de reservas hídricas locais
 Construção de poços artesianos e cisternas

PROGRAMA: 0603
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Total de habitantes	unid.	2010	73.000
Área territorial	km²	-	3.579
Cisternas construídas	unid.	2012	735
Adutoras	unid.	2007	6
Poços	unid.	2007	150
Densidade demográfica	hab/km²	2000	18,08

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes		
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
Valores Globais		

OBJETIVO:

Implementar Ações para o desenvolvimento e a ampliação das fontes de recursos hídricos e a participação do homem e a mulher do campo.

INICIATIVAS:

Fortalecimento da Agricultura e agropecuária familiar
 Incentivo e apoio a pesca e aquicultura
 Desenvolvimento e Incentivo à Pecuária
 Gestão das Políticas públicas de Agricultura e Pecuária
 Realização e apoio a eventos agropecuários
 Implantação de queijarias e mini-laticínios

METAS: 2014- 2017

Apoiar e incentivar os eventos agropecuários locais
 Fornecer matrizes bovinas
 Buscar sementes selecionadas
 Apoiar projetos de apicultura
 Capacitar pequenos produtores rurais
 Apoiar e incentivar projetos de ovino e caprino cultura
 Estabelecer projeto juntamente com secretaria de educação para institucionalização da política de valorização do trabalho no campo
 Incentivar o plantio da palma forrageira para a garantia da alimentação animal no período da seca
 Apoiar tecnicamente a escola técnica de agricultura
 Expandir o projeto pingô d'água para os demais vales do município
 Apoiar a organização produtiva das mulheres rurais

ÓRGÃO 06: SECRETARIA DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS
UNIDADE GESTORA 06.02: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 0604
GESTÃO AMBIENTAL

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	55.000	181.500
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	55.000	181.500
Valores Globais		236.500

OBJETIVO:

Assegurar a valorização do Meio Ambiente, fortalecendo políticas e meios para a preservação e a Educação popular.

INICIATIVAS:

Preervação de Recursos Naturais
Gestão das Políticas públicas de Meio Ambiente
Educação Ambiental

METAS: 2014- 2017

Adquirir equipamentos para apoio à fiscalização ambiental
Instruir 6 equipes de agentes rurais
Realizar o censo ambiental
Instituir a semana de educação ambiental nas escolas públicas de ensino fundamental
Formar 1 equipe para educação ambiental
Propor e adqur normas e procedimentos locais para o controle, a gestão e a fiscalização ambiental

ÓRGÃO 07: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
UNIDADE GESTORA 07.01: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 0701
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	3.219.000	10.622.700
Despesas de Capital	101.000	333.300
Outras Fontes		
	3.320.000	10.956.000
Valores Globais	14.276.000	

OBJETIVO:

Conjunto de Ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental da Secretaria de Infra-estrutura.

INICIATIVAS:

Pessoal e Encargos Sociais da Secretaria de Infraestrutura
 Ações de Manutenção da Secretaria De Infraestrutura

PROGRAMA: 0702
URBANISMO

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
População Residente – Urbana	habitantes	2010	43.424
População Residente – Rural	habitantes	2010	28.463
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)	IDM	2009	25,25
População Abaixo da linha de pobreza	%	2010	39

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	1.970.000	6.501.000
Despesas de Capital	5.185.000	17.110.500
Outras Fontes		
	7.155.000	23.611.500
Valores Globais	30.766.500	

OBJETIVO:

Implementação de políticas que tenham como finalidade a regulação, o controle, o planejamento da cidade e a urbanização com o objetivo de organizar a cidade criando condições satisfatórias de vida no centro urbano.

INICIATIVAS:

Pavimentação e Qualificação de Vias
 Implantação e/ou Recuperação de Equipamentos Urbanos
 Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos
 Gestão do Controle Urbano

METAS: 2014- 2017

Pavimentar em Pedra Tosca 200km
 Urbanizar canteiros com a construção de ciclovias, pátios e iluminação – 3000m
 Duplicação de via pública – 3000m – Incluindo a conclusão da Via Paisagística
 Construção, reforma e/ou ampliação de Praças e Alamedas – 10 equipamentos
 Atualizar o Plano Diretor
 Construir, reformar e/ou ampliar Prédios Públicos – 8 prédios
 Modernizar e ampliar o Terminal Rodoviário
 Aquisição de 3 (três) patrulhas mecanizadas
 Construção de túnel de acesso ao Distrito Industrial Dr. Joaquim Fernandes
 Construção de Ponte sobre o Rio Quixeramobim para acesso ao Bairro Maravilha

PROGRAMA: 0703
SANEAMENTO BÁSICO

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	índice
População Residente – Urbana	habitantes	2010	43.424
População Residente – Rural	habitantes	2010	28.463
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)	IDM	2009	25,25
População Abaixo da linha de pobreza	%	2010	39
Taxa de cobertura d'água urbana	%	2011	94,48
Taxa de cobertura urbana de esgoto	%	2011	42,07
Domicílios Particulares Permanentes ligados a rede geral de Abastecimento de Água	%	2010	76,65
Domicílios Particulares Permanentes que utilizam Poço ou nascente para o Abastecimento de Água	%	2010	2,07
Domicílios Particulares Permanente com Esgotamento Sanitário ligado a Rede geral ou pluvial	%	2010	33,46
Domicílios Particulares Permanente com Esgotamento Sanitário que utilizam Fossa séptica	%	2010	10,48
Domicílios Particulares Permanente que não tinham banheiro	%	2010	8,8

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	1.250.000	4.125.000
Despesas de Capital	9.620.000	31.746.000
Outras Fontes		
	10.870.000	35.871.000
Valores Globais	46.741.000	

OBJETIVO:

Promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por meio de ações integradas e articuladas de saneamento básico no âmbito urbano e rural.

INICIATIVAS:

Construção e Ampliação da Rede de Esgotamento Sanitário
Gestão e Planejamento do Saneamento Básico Municipal
Ampliação e Construção da Rede de Abastecimento d'água
Melhorias Sanitárias Domiciliares

METAS: 2014- 2017

Ampliar em até 59km a rede de esgotamento sanitário
Construção de kits sanitários em diversas localidades
Elaborar o Plano de Saneamento Básico Municipal
Construir 6 sistemas de abastecimento d'água
Implementar projetos de irrigação
Ampliar até 30km a rede de abastecimento d'água
Construir Cisternas
Recuperação e Ampliação da Barragem de São Miguel

PROGRAMA: 0704
GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	índice
População Residente – Urbana	habitantes	2010	43.424
População Residente – Rural	habitantes	2010	28.463
Domicílios Particulares Permanente com serviço de coleta de lixo	%	2010	56,15
Domicílios Particulares Permanente com serviço de energia elétrica	%	2010	98,64

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	1.715.000	5.659.500
Despesas de Capital	170.000	561.000
Outras Fontes		

Valores Globais	1.885.000	6.220.500
	8.105.500	

OBJETIVO:

Conjunto de Ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção dos Serviços Públicos.

INICIATIVAS:

Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública
 Manutenção da Iluminação Pública
 Expansão da Rede de Iluminação Pública
 Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos

METAS: 2014- 2017

Manter os serviços de limpeza pública
 Manter os serviços de Iluminação Pública
 Expandir 100km a Rede de Iluminação Pública
 Estender a coleta domiciliar aos distritos
 Formar, capacitar e fortalecer até 4(quatro) grupos de catadores para coleta seletiva de resíduos sólidos

PROGRAMA: 0705
INFRAESTRUTURA RURAL

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	índice
População Residente – Rural	habitantes	2010	28.463

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	1.300.000	4.290.000
Despesas de Capital	5.055.000	16.681.500
Outras Fontes		
Valores Globais	6.355.000	20.971.500
	27.326.500	

OBJETIVO:

Implantação e execução de projetos que envolvem obras, recuperações de modernização da infraestrutura rural do Município.

INICIATIVAS:

Construção e Recuperação de Pontes, barragens, passagens molhadas e outras obras de arte
 Modernização e Recuperação de Entradas Vicinais
 Modernização de Vias Rurais

METAS: 2014- 2017

Construção de passagem molhada abaixo da ponte metálica
 Construir e/ou recuperar pontes, passagens molhadas, barragens e outras obras de arte
 Recuperar até 1200km de estradas vicinais
 Modernizar vias de transporte rodoviário rural
 Recuperação e Ampliação da Barragem de São Miguel
 Sinalização de vias rurais
 Urbanização do Riacho Palha – Trecho Pontilhão até a CE-020

PROGRAMA: 0706
ESPORTE PARA TODOS

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	índice
Urbanização	%	2010	60,42
Total de habitantes	unid.	2010	73.000
Área territorial	km ²	-	3.579

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)

Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	400.000	1.320.000
Despesas de Capital	3.050.000	10.065.000
Outras Fontes		
	3.450.000	11.385.000
Valores Globais		14.835.000

OBJETIVO:

Oportunizar a iniciação esportiva, aperfeiçoamento e treinamento aos munícipes através da construção de núcleos de atividades esportivas na cidade, possibilitando o convívio social através do esporte, desenvolvendo o espírito de equipe e a descoberta de talentos.

INICIATIVAS:

Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos Esportivos

METAS: 2014- 2017

Construir 6 quadras poliesportivas (Ministério d Esporte)
 Construir 6 ginásios em parceria com o Ministério do Esporte
 Reformar e Ampliar o Estádio Municipal Carneirão
 Construir uma Vila Olímpica

PROGRAMA: 0707**DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL**

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Pontos potenciais para exploração Turística*	unid.	2012	15
População Residente – Rural	%	2010	39,59

* Pedra do Letreiro, Paço Municipal, Casa de Antonio Conselheiro, Ponte Metálica, Igreja nossa senhora do Rosário, Centro Geográfico do Ceará, Igreja Matriz, Estação Ferroviária, Casa de Câmara e Cadeia, Memorial Antonio Conselheiro, Pedra da Gávea, Capela do Cemitério Municipal, Açude Fogareiro, Sobrado Paroquial – Manuel Bandeira, Pedra da Baleia e Barragem de Quixeramobim

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	80.000	264.000
Despesas de Capital	520.000	1.716.000
Outras Fontes		
	600.000	1.980.000
Valores Globais		2.580.000

OBJETIVO:

Implementação de projetos de infraestrutura turística que viabilizem a promoção e o fortalecimento do Turismo Municipal.

INICIATIVAS:

Ampliação e Melhoria da Infraestrutura Turística

METAS: 2014- 2017

Implantação de Trilhas Turísticas na Zona Rural;
 Construção da Estátua de Santo Antônio no Cruzeiro e Acesso

ÓRGÃO 08: SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
UNIDADE GESTORA 08.01: SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 0801
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	649.000	2.141.700
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	649.000	2.141.700
Valores Globais	2.790.700	

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas a Gestão e Manutenção da atuação governamental da Secretaria de Cultura e Turismo.

INICIATIVAS:

Pessoal e Encargos Sociais da Secretaria de Cultura e Turismo
 Ações de Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo

PROGRAMA: 0802
CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Quantidade de Grupos Culturais no Município	unid.		
Quantidade de Prédios Históricos no Município	unid.		
Eventos Culturais no Município	unid.		

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	155.000	511.500
Despesas de Capital	80.000	264.000
Outras Fontes		
	235.000	775.500
Valores Globais	1.010.500	

OBJETIVO:

Garantir a implementação de políticas públicas de Cultura com a participação popular e fomentar o fortalecimento dos movimentos artísticos e culturais de Quixeramobim.

INICIATIVAS:

Apoio, Promoção e Realização de Eventos Culturais no Município
 Reforma e Conservação de Prédios Históricos
 Ampliação e Melhoria de Infra-estrutura Cultural
 Criação e Apoio a Grupos Culturais e Artísticos
 Apoio as Oficinas e aos artesão joalheiros do município

METAS: 2014- 2017

Realizar XX Oficinas de Arte e Cultura envolvendo atividades de teatro, dança e música
 Reformar 10% dos Prédios Históricos do Município
 Formar XX agentes multiplicadores da Cultura Municipal
 Realizar 15 Eventos Culturais e Artísticos ao ano
 Implantar o Circo-escola
 Promover XX festivais de Cultura nos bairros e escolas
 Criar arquivo público para recuperar e preservar documentos da história e da cultura do município

PROGRAMA: 0803
TURISMO: VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Pontos potenciais para exploração Turística*	unid.	2012	15
População Residente – Rural	%	2010	39,59

* Pedra do Letreiro, Paço Municipal, Casa de Antonio Conselheiro, Ponte Metálica, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Centro Geográfico do Ceará, Igreja Matriz, Estação Ferroviária, Casa de Câmara e Cadeia, Memorial Antonio Conselheiro, Pedra da Gávea, Capela do Cemitério Municipal, Açude Fogareiro, Sobrado Paroquial – Manuel Bandeira, Pedra da Baleia e Barragem de Quixeramobim.

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	56.000	184.800
Despesas de Capital	85.000	280.500
Outras Fontes		
	141.000	465.300
Valores Globais		606.300

OBJETIVO:

Implementação de políticas públicas de promoção e fortalecimento do Turismo de Quixeramobim.

INICIATIVAS:

Implantação e Apoio ao Turismo Eco-arqueológico
 Promoção ao Turismo Rural

METAS: 2014- 2017

Melhorias das trilhas existentes
 Abertura de 2 novas trilhas Eco-arqueológicas
 Realizar oficinas de turismo Rural
 Realizar Cavalgada de Turismo
 Implantar o projeto "Hospedagem em casa sertaneja"
 Incentivar o turismo na Barragem de Quixeramobim (Açude Engenheiro José Cândido de Castro de Paula Pessoa)
 Implantação de turismo nas jazidas de Turmalina e Ametista e nas oficinas dos designers do município
 Ampliar o turismo a Casa e ao Memorial de Antonio Conselheiro

ÓRGÃO 09: SECRETARIA DE GOVERNO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
UNIDADE GESTORA 09.01: SECRETARIA DE GOVERNO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 0901
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO E DESENVOLVIMENTO

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	356.000	1.174.800
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	356.000	1.174.800
Valores Globais	1.530.800	

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas ao Apoio, a Gestão e a Manutenção da atuação governamental da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Municipal.

INICIATIVAS:

Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais da SEGOV
 Ações de Gestão e Manutenção da SEGOV

PROGRAMA: 0902
DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Estimativa da redução de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência	%	2015	31,42
Participação da mulher no mercado de trabalho formal	%	2011	55,03
Produção aproximado de leite dia	litro	2012	110.000
PIB	m	2005	220.963.000

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	75.000	247.500
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	75.000	247.500
Valores Globais	322.500	

OBJETIVO:

Elevar a capacidade econômica das famílias gerando ocupações e geração de renda mediante ações estratégicas.

INICIATIVAS:

Iniciativas para Atração de Investimento no Município
 Apoio a Projetos de Economia Solidária

METAS: 2014- 2017

Criação de um mercado de empreendimentos para a orientação das famílias empreendedoras
 Formação de uma equipe especializada em empreendedorismo para participar do dia D
 Aumento em 10% dos investimentos para atrair novas empresas
 Incentivar e apoiar 1.000 mil novos projetos de empreendedores individuais
 Buscar parcerias para criar incubadoras de empreendimentos
 Fazer parceria com organizações não governamentais para fortalecimento da economia solidária local

ÓRGÃO 10: SECRETARIA DA CIDADANIA
UNIDADE GESTORA 10.01: SECRETARIA DA CIDADANIA

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1001
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CIDADANIA

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	321.000	1.059.300
Despesas de Capital	10.000	33.000
Outras Fontes		
	331.000	1.092.300
Valores Globais	1.423.300	

OBJETIVO:

Conjunto de Ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental da Secretaria da Cidadania.

INICIATIVAS:

Pessoal e Encargos Sociais da Secretaria da Cidadania
 Ações de Manutenção da Secretaria da Cidadania

PROGRAMA: 1002
DEMOCRATIZAÇÃO DOS DIREITOS DA CIDADANIA

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
População Residente – Urbana	habitantes	2010	43.424
População Residente – Rural	habitantes	2010	28.463
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)	IDM	2009	25,25
População Abaixo da linha de pobreza	%	2010	39

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	90.000	297.000
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	90.000	297.000
Valores Globais	387.000	

OBJETIVO:

Implementação de políticas que contribuam para que os direitos dos cidadãos quixeramobinenses sejam assegurados.

INICIATIVAS:

Implantar Advocacia do Povo
 Iniciativas de Universalização dos Direitos da Cidadania no Município

METAS: 2014- 2017

Implantar os atendimentos da Advocacia do Povo
 Realizar 1 "Dia D" por mês, com serviços de emissão de documentos
 Coordenar o projeto "Dia D" em parceria com as demais Secretarias
 Assegurar a emissão de documentos para todos os recém-nascidos
 Assegurar a emissão de documento de identidade para todos os habitantes com mais de 18 anos

ÓRGÃO 11: SECRETARIA DE ESPORTE, JUVENTUDE E INTEGRAÇÃO
UNIDADE GESTORA 11.01: SECRETARIA DE ESPORTE, JUVENTUDE E INTEGRAÇÃO

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1101
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ESPORTE JUVENTUDE E INTEGRAÇÃO

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	585.000	1.930.500
Despesas de Capital	10.000	33.000
Outras Fontes		
	595.000	1.963.500
Valores Globais		2.558.500

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas ao Apoio, a Gestão e a Manutenção da atuação governamental da Secretaria de Esporte, Juventude e Integração.

INICIATIVAS:

Pagamento de Pessoal e Encargos da Secretaria de Esporte, Juventude e Integração
 Ações de Gestão e Manutenção da Secretaria Esporte, Juventude e Integração

PROGRAMA: 1102
ESPORTE PARA TODOS

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Total de habitantes	unid.	2010	73.000
Área territorial	km ²	-	3.579
Urbanização	%	2010	60,42
Estimativa da redução de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência	%	2015	31,42

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	46.000	151.800
Despesas de Capital	130.000	300.000
Outras Fontes	2.250.000	6.750.000
	2.426.000	7.201.800
Valores Globais		9.627.800

OBJETIVO:

Implementar Ações Esportivas para Melhoria da Qualidade de Vida, Desenvolvimento social e físico, e Apoiar a Formação de Atletas de Alto Rendimento, como também Desenvolver uma cultura pelo esporte no Município.

INICIATIVAS:

Implantação de Academias Comunitárias
 Apoio a Eventos Esportivos
 Apoio a Esporte de Rendimento
 Esporte para Melhoria da Qualidade de Vida
 Construção e Recuperação de Quadras e Campos

METAS: 2014- 2017

Realizar anualmente do Campeonato Municipal de Futebol de 1ª e 2ª divisão
 Continuação da realização das Escolinhas de Esporte (Futebol, Futsal, Aeróbica, Dança, Volei e etc.)
 Realização anualmente do Campeonato Municipal e do Circuito de Futsal de 1ª e 2ª divisão
 Instalar Academias Comunitárias em 3 praças principais da Cidade
 Dar anualmente total suporte para a participação das Seleções de Futsal de Base (Sub: 13, 15 e 17) no
 Promoção de escolinha de natação

Reforma geral do Estádio Álvaro de Araújo Carneiro (Carneirão)
 Realizar Campeonato de Futsal para Jovens e Adultos
 Instalar o Espaço Infantil através de brinquedos (casinha, escorregador, balançador e etc.) em 3 praças principais
 Construir Vila Olímpica de Quixeramobim

PROGRAMA: 1103
JUVENTUDE: INCENTIVO, AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Total de habitantes	unid.	2010	73.000
Área territorial	km ²	-	3.579
Urbanização	%	2010	60,42
Estimativa da redução de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência	%	2015	31,42

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	20.000	66.000
Despesas de Capital	65.000	60.000
Outras Fontes	125.000	125.000
Valores Globais	210.000	251.000
		461.000

OBJETIVO:

Promover e Garantir Atividades para o Desenvolvimento da Juventude Municipal, orientando, promovendo a inclusão e emancipação dos jovens. Oferecer informações sobre programas e ações para jovens, além de orientação, encaminhamento e apoio para que eles próprios tenham condição de construir suas trajetórias e buscar melhores formas para a sua formação.

INICIATIVAS:

Construção da Praça da Juventude
 Criação do Observatório Participativo da Juventude
 Gestão de Políticas Públicas para Juventude

METAS: 2014- 2017

Construir uma quadra esportiva em todos os distritos e localidades maiores que ainda não possuem
 Disponibilizar espaço físico, 10 computadores e outros equipamentos para a Criação do Espaço Virtual para o encontro e pesquisa dos jovens
 Realizar fóruns e conferências com a juventude com o foco na orientação para mercado de trabalho
 Capacitar os jovens quanto ao controle social

ÓRGÃO 12: SECRETARIA DE GESTÃO HOSPITALAR
UNIDADE GESTORA 12.01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - HOSPITAL

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1201
APERFEIÇOAMENTO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Unidade	2013	2
Leitos existentes por 1.000 habitantes*	Unidade	2010	1,3
Internações/100 hab. (local de internação)**	Unidade	2010	5,7
Internações/100 hab. (local de residência)**	Unidade	2010	6,2

*Nota: Não inclui leitos complementares

**Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	10.640.000	35.112.000
Despesas de Capital	800.000	2.640.000
Outras Fontes		
	11.440.000	37.752.000
Valores Globais		49.192.000

OBJETIVO:

Promover a equidade na assistência a saúde em nível ambulatorial e hospitalar reduzindo as desigualdades e ampliando o acesso da população a ações e serviços de qualidade oportunos e humanizados.

INICIATIVAS:

Pessoal e encargos Sociais do Hospital
 Ações de Manutenção da assistência hospitalar e ambulatorial
 Ampliação, reforma e equipamentos para o Hospital

METAS: 2014- 2017

Ampliar os atendimentos ambulatoriais em 15%
 Ampliar o número de leitos para em 10% até 2017
 Equipar o Hospital
 Ampliar o atendimento especializado em 10%
 Ampliar a capacidade de atendimento hospitalar em 10% ao ano

ÓRGÃO 13: SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE GESTORA 13.01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1301
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS MUNICIPAL

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	5.907.000	19.493.100
Despesas de Capital	100.000	330.000
Outras Fontes		
	6.007.000	19.823.100
Valores Globais		25.830.100

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas ao Apoio, a Gestão e a Manutenção da atuação governamental da Secretaria de Saúde.

INICIATIVAS:

Pessoal e Encargos da Atenção Básica
 Ações de Manutenção da Área de Gestão da Secretaria de Saúde
 Apoio ao Controle Social - Gestão Conselho Municipal de Saúde

PROGRAMA: 1302
FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Natalidade (nascido vivo)	unid.	2011	1.129
Crianças com quadro de desnutrição (ref. A 21.278 crianças)	%	2012	1,9
Crianças menores de 1 ano vacinadas em dia	%	2012	98,04
Número de óbitos maternos	unid.	1997 a 2011	6
Casos de AIDS diagnosticados	unid.	1989 a 2012	22
Casos de doenças transmissíveis por mosquitos (sem ser da dengue)	unid.	2001 a 2011	5
Casos de doenças transmissíveis pelo mosquitos da dengue	unid.	2001 a 2011	918
Cobertura de equipes do PSF	%	2013	63

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	120.000	396.000
Despesas de Capital	550.000	1.815.000
Outras Fontes	1.500.000	3.500.000
	2.170.000	5.711.000
Valores Globais		7.881.000

OBJETIVO:

Promover o total Acesso da População aos Serviços Básicos de Saúde com Agilidade e Eficiência.

INICIATIVAS:

Reforma, Ampliação e Construção de Unidade Básica de Saúde
 Equipamentos Unidades Básicas de Saúde
 Construção de Academia de Saúde
 Gestão da Atenção Básica de Saúde

METAS: 2014- 2017

Construir e equipar 5 novas Unidades de Saúde
 Manter as ações e serviços públicos da atenção básica à Saúde
 Apoiar o programa mais médicos do Governo Federal

Implantar ações de educação em saúde
 Criar um espaço para atividades físicas/fisioterápicas em 2 postos centrais das Unidades Básicas
 Montar Uma equipe com Nutricionista, Médico/Enfermeiro, Fisioterapeuta/Ed.Físico, para participar uma vez ao mês do dia D.
 Aumentar de 19 para 30 as equipes de Saúde da Família, com cobertura de 100% da população

PROGRAMA: 1303
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Equipamentos de Diagnóstico por imagem	unid.	2013	8
Leitos no Hospital Dr. Pontes Neto	unid.	2013	69
Equipamentos hospitalar para manutenção da vida	unid.	2013	17

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	1.916.000	6.322.800
Despesas de Capital	100.000	330.000
Outras Fontes		
Valores Globais	2.016.000	6.652.800
		8.668.800

OBJETIVO:

Promover a Equidade na Assistência a Saúde a Nível Ambulatorial e Hospitalar Reduzindo as Desigualdades e Ampliando o Acesso da População a Ações e Serviços de Qualidade Oportunos e Humanizados.

INICIATIVAS:

Gestão do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador
 Gestão da Média e Alta Complexidade em Saúde
 Participação em Consórcio Público de Saúde

METAS: 2014- 2017

Contratação de Médicos especialistas em: Mastologia, Traumatologia, Obstetria, pediatria e etc., ampliando em 100% o atual quadro de especialistas no atendimento a saúde
 Criação da Escala nas unidades de Saúde para funcionamento de um posto de atendimento 24h para emergência infantil
 Aumentar em 2 vezes o quadro de especialistas no atendimento da saúde

PROGRAMA: 1304
FORTALECIMENTO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Natalidade (nascido vivo)	unid.	2011	1.129
Crianças com quadro de desnutrição (ref. A 21.278 crianças)	%	2012	1,9
Crianças menores de 1 ano vacinadas em dia	%	2012	98,04
Número de óbitos maternos	unid.	1997 a 2011	6
Casos de AIDS diagnosticados	unid.	1989 a 2012	22
Casos de doenças transmissíveis por mosquitos (sem ser da dengue)	unid.	2001 a 2011	5
Casos de doenças transmissíveis pelo mosquitos da dengue	unid.	2001 a 2011	918
Farmácia Popular	unid.	2013	1
Serviços de farmácia	unid.	2013	3

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	95.000	313.500
Despesas de Capital		

Outras Fontes		
	95.000	313.500
Valores Globais		408.500

OBJETIVO:

Garantir o suporte profilático e terapêutico através do fornecimento de medicamentos, da participação na programação pactuada integrada - PPI e manutenção da farmácia popular.

INICIATIVAS:

Gestão da Farmácia Popular
Promoção da Assistência Farmacêutica

METAS: 2014- 2017

Atender em 100% a demanda de medicamentos de responsabilidade do município
Manter o atendimento da farmácia popular

PROGRAMA: 1305**FORTEALECIMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Crianças menores de 1 ano vacinadas em dia	%	2012	98,04
Casos de doenças transmissíveis por mosquitos (sem ser da dengue)	unid.	2001 a 2011	5
Casos de doenças transmissíveis pelo mosquitos da dengue	unid.	2001 a 2011	918
Casos registrados em Influenza A	unid.	2013	1

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	240.000	792.000
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
Valores Globais	240.000	792.000
		1.032.000

OBJETIVO:

Disponibilizar recursos a defesa da saúde, impedindo que o homem seja exposto a riscos e/ou combate a causas de efeito nocivos que forem gerados por problemas sanitários.

INICIATIVAS:

Gestão da Vigilância Sanitária

METAS: 2014- 2017

Aumentar em 10% as Fiscalizações voltada a Vigilância Sanitária
Capacitar todos os envolvidos no trabalho de Vigilância Sanitária Bimestralmente
Promover no dia D a participação de todos os agentes da Vigilância em um trabalho educativo nos comércios e empresas

PROGRAMA: 1306**FORTEALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA**

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Crianças menores de 1 ano vacinadas em dia	%	2012	98,04
Casos de doenças transmissíveis por mosquitos (sem ser da dengue)	unid.	2001 a 2011	5
Casos de doenças transmissíveis pelo mosquitos da dengue	unid.	2001 a 2011	918
Casos registrados em Influenza A	unid.	2013	1

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	244.615	807.230
Despesas de Capital	10.000	30.000
Outras Fontes		
	254.615	837.230
Valores Globais		1.091.845

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas a oferecer apoio aos programas de prevenção, controle e erradicação de doenças.

INICIATIVAS:

Gestão da Vigilância Epidemiológica

METAS: 2014- 2017

Instalação de 1000 novas caixas d'água com tampa e telas em casas com prioridades de prevenção
Capacitar 100% dos profissionais envolvidos no trabalho de prevenção Epidemiológica Bimestralmente
Diagnosticar casos passíveis de gerar epidemias
Divulgar informações e realizar trabalho educativo com a população
Promover no dia D a participação de todos os agentes envolvidos com a prevenção Epidemiológica em um trabalho educativo nos Bairros de maiores índices de epidemias
Acompanhar os Serviços de Melhoria Habitacional no controle da doença de Chagas

ÓRGÃO 14: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
UNIDADE GESTORA 14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1401
APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	1.674.000	5.508.000
Despesas de Capital	186.000	612.000
Outras Fontes		
	1.860.000	6.120.000
Valores Globais		7.980.000

OBJETIVO:

Assegurar recursos humanos, financeiros e materiais hábeis ao planejamento, execução, avaliação e monitoramento da Educação Básica, visando o seu aperfeiçoamento e a melhoria da qualidade de vida da população. Apoiar o controle social dos programas educacionais.

INICIATIVAS:

Ações de Gestão e Manutenção da Seduc
Apoio aos Conselhos Municipais vinculados à Educação
Ampliação e Reforma da Sede da Seduc

PROGRAMA: 1402
ENSINO FUNDAMENTAL

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Docentes - Ensino Fundamental - Escola pública municipal	Docentes	2012	455
Escolas - Ensino Fundamental - Escola pública municipal	Escolas	2012	73
Matrículas - Ensino Fundamental - Escola pública municipal	Matrículas	2012	11419

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	4.662.000	13.630.000
Despesas de Capital	518.000	1.515.000
Outras Fontes		
	5.180.000	15.145.000
Valores Globais		20.325.000

OBJETIVO:

Elevar o atendimento escolar dos alunos do ensino fundamental por meio da promoção do acesso, da permanência e conclusão da educação básica, em parceria com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

INICIATIVAS:

Gestão e Manutenção da Merenda Escolar;
Construção, Ampliação, Reforma e Equipamento para Escolas
Manutenção do Transporte Escolar

METAS: 2014-2017

Valorizar os profissionais do magistério e implantar o PCCS;
Disponibilizar atendimento pedagógico especializado para alunos regulares do ensino fundamental;
Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental em 10%;
Reduzir a evasão escolar em 10%;
Qualificar e equipar unidades do ensino fundamental;
Adquirir mobiliário para escolas de ensino fundamental;
Fornecer uniformes escolares;
Qualificar diretores e professores;
Implementar o Programa Ler e Escrever;
Premiar alunos e professores destaque;

Garantir acesso à internet banda larga em escolas da sede e distritos;
 Construção, reforma, ampliação de escolas, salas de aula e equipamentos esportivos nas escolas;
 Ampliar a oferta do ensino em tempo integral;
 Capacitar profissionais de todos os setores da Educação.

PROGRAMA: 1403
ENSINO INFANTIL

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	Docentes	2012	180
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	Escolas	2012	72
Matrículas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	Matrículas	2012	1994

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	1.785.000	4.135.000
Despesas de Capital	198.000	459.000
Outras Fontes		
	1.983.000	4.594.000
Valores Globais		6.577.000

OBJETIVO:

Elevar o atendimento escolar dos alunos por meio da promoção do acesso, da permanência e conclusão do ensino infantil por meio de parceria com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

INICIATIVAS:

Manutenção da Merenda do Ensino Infantil
 Construção, Ampliação, Reforma e Equipamento de Unidades de Ensino Infantil

METAS: 2014- 2017

Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos;
 Qualificar e equipar unidades de ensino infantil;
 Ampliar a oferta de matrícula em tempo integral para alunos da sede e distritos;
 Construção, reforma, ampliação de escolas, salas de aula e equipamentos esportivos nas escolas;
 Ampliar a oferta do ensino em tempo integral;
 Capacitar profissionais de todos os setores da Educação.

PROGRAMA: 1404
ENSINO MÉDIO

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Docentes - Ensino médio - escola pública estadual	Docentes	2012	160
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual	Escolas	2012	5
Matrículas - Ensino médio - escola pública estadual	Matrículas	2012	3332

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	232.000	765.500
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	232.000	765.500
Valores Globais		997.500

OBJETIVO:

Apoiar alunos do ensino médio em parceria com outros entes governamentais.

INICIATIVAS:

Manutenção do Transporte Escolar

METAS: 2014- 2017

Manter o Transporte Escolar do Ensino Médio



ÓRGÃO 14: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
UNIDADE GESTORA 14.02 - FUNDEB

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1405
ENSINO FUNDAMENTAL

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	índice
Taxa de Analfabetismo área urbana, pessoas de 10 anos ou mais	%	2010	16,7
Taxa de Analfabetismo área rural, pessoas de 10 anos ou mais	%	2010	29,8
Total de escolas municipais	UND	2011	108
Bibliotecas municipais	UND	2011	3
Laboratório de informática municipais	UND	2011	40
Salas de aula municipais	UND	2011	408

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	32.620.000	107.673.000
Despesas de Capital	100.000	300.000
Outras Fontes		
	32.720.000	107.973.000
Valores Globais		140.693.000

OBJETIVO:

Elevar o atendimento escolar dos alunos do ensino fundamental por meio da promoção do acesso, da permanência e conclusão da educação básica, em parceria com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

INICIATIVAS:

Gestão e Manutenção do Ensino Fundamental
Fundeb 40%
Profissionais do Magistério do Ensino Fundamental - Fundeb 60%

METAS: 2014- 2017

Valorizar os profissionais do magistério e implantar o PCCS;
Disponibilizar atendimento pedagógico especializado para alunos regulares do ensino fundamental;
Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental em 10%;
Reduzir a evasão escolar em 10%;
Qualificar e equipar unidades do ensino fundamental;
Adquirir mobiliário para escolas de ensino fundamental;
Fornecer uniformes escolares;
Qualificar diretores e professores;
Implementar o Programa Ler e Escrever;
Premiar alunos e professores destaque;
Garantir acesso à internet banda larga em escolas da sede e distritos;
Construção, reforma, ampliação de escolas, salas de aula e equipamentos esportivos nas escolas;
Ampliar a oferta do ensino em tempo integral;
Capacitar profissionais de todos os setores da Educação.

PROGRAMA: 1406
ENSINO INFANTIL

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	índice
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	Docentes	2012	180
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	Escolas	2012	72
Matrículas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	Matrículas	2012	1994

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		

Despesas Correntes	3.590.000	12.000.000
Despesas de Capital	500.000	1.500.000
Outras Fontes		
	4.090.000	13.500.000
Valores Globais		17.590.000

OBJETIVO:

Elevar o atendimento escolar dos alunos por meio da promoção do acesso, da permanência e conclusão do ensino infantil por meio de parceria com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física

INICIATIVAS:

Gestão e Manutenção do Ensino Infantil - Fundeb 40%
Profissionais do Magistério do Ensino Infantil - Fundeb 60%

METAS: 2014- 2017

Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos;
Qualificar e equipar unidades de ensino infantil;
Ampliar a oferta de matrícula em tempo integral para alunos da sede e distritos;
Construção, reforma, ampliação de escolas, salas de aula e equipamentos esportivos nas escolas;
Ampliar a oferta do ensino em tempo integral;
Capacitar profissionais de todos os setores da Educação.

PROGRAMA: 1407**ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA**

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de analfabetismo funcional (15 anos ou mais)	%	2010	24,2
População alfabetizada 15 anos ou mais	pessoas	2010	39935

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	2.045.000	6.748.000
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	2.045.000	6.748.000
Valores Globais		8.793.000

OBJETIVO:

Elevar o atendimento escolar dos alunos por meio da promoção do acesso, da permanência e conclusão do ensino de jovens e adultos por meio de parceria com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

INICIATIVAS:

Gestão e Manutenção do EJA - Fundeb 40%
Profissionais do Magistério do EJA - Fundeb 60%

METAS: 2014- 2017

Dar continuidade ao Programa Brasil Alfabetizado;
Ampliar e melhorar o atendimento nas turmas do Ensino de Jovens e Adultos.

PROGRAMA: 1408**ENSINO ESPECIAL**

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de Analfabetismo área urbana, pessoas de 10 anos ou mais	%	2010	16,7
Taxa de Analfabetismo área rural, pessoas de 10 anos ou mais	%	2010	29,8
Total de escolas municipais	UND	2011	108
Bibliotecas municipais	UND	2011	3
Laboratório de informática municipais	UND	2011	40
Salas de aula municipais	UND	2011	408

--	--	--	--

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	1.840.000	6.073.000
Despesas de Capital	205.000	675.000
Outras Fontes		
	2.045.000	6.748.000
Valores Globais		8.793.000

OBJETIVO:

Elevar o atendimento escolar dos alunos por meio da promoção do acesso, da permanência e conclusão do Ensino Especial por meio de parceria com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

INICIATIVAS:

Gestão e Manutenção do Ensino Especial - Fundeb 40%
Profissionais do Magistério do Ensino Especial - Fundeb 60%

METAS: 2014- 2017

Assegurar matrícula nas salas regulares para os alunos com necessidades educacionais especiais;
Ampliar o número de escolas com salas de recursos multifuncionais;
Implementar equipe multidisciplinar para trabalho com educação especial;
Outras ações do Ensino Especial.

ÓRGÃO 15: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
UNIDADE GESTORA 1501: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1501
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS MUNICIPAL

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	974.000	3.214.200
Despesas de Capital	20.000	
Outras Fontes		
	994.000	3.214.200
Valores Globais	4.208.200	

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas ao Apoio, a Gestão e a Manutenção da atuação governamental da Secretaria de Ação Social

INICIATIVAS:

Pessoal e Encargos da Secretaria de Ação Social
 Ações de Manutenção da Área de Gestão da Secretaria de Ação Social
 Apoio ao Controle Social - Gestão dos Conselhos Municipais Vinculados à Assistência Social
 Manutenção do Conselho Tutelar

PROGRAMA: 1502
Assistência Comunitária

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes		
Despesas de Capital	150.000	350.000
Outras Fontes	1.500.000	3.500.000
	1.650.000	3.850.000
Valores Globais	5.500.000	

OBJETIVO:

Ação voltada para promover o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades, incentivando sua participação e a integração, através da atuação dos equipamentos da Assistência Social.

INICIATIVAS:

Construir, Ampliar e Reformar Equipamentos da Assistência Social
 Equipar Unidades da Assistência Social

METAS: 2014- 2017

Requalificar CREAS e CRAS
 Construir e Equipar CREAS e CRAS
 Requalificar e Equipar outros Equipamentos da Assistência Social

ÓRGÃO 15: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
UNIDADE GESTORA 1502: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1503
ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
População residente com faixa etária de 0 a 14 anos	und	2010	19203
Crianças até 4 meses acompanhadas pelos Agentes de Saúde	%	2011	80,3
Taxa de analfabetismo funcional (a partir 15 anos)	%	2010	24,2

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	481.700	1.589.610
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
Valores Globais	481.700	1.589.610
	2.071.310	

OBJETIVO:

Garantir atenção especial à criança e ao adolescente, normatizando, implantando e executando políticas de garantias de direitos das crianças e adolescentes.

INICIATIVAS:

Acompanhamento psicossocial e jurídico aos adolescentes infratores
 Manutenção do Projovem Adolescente
 Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

METAS: 2014- 2017

Reordenar 100% dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes
 Fomentar a participação de adolescentes em projetos sociais
 Realizar o acompanhamento de famílias com criança ou adolescente nos serviços de acolhimento
 Atingir 50% de identificação e cadastro das situações de trabalho infantil
 Acompanhar 100% das famílias com criança ou adolescente nos serviços de acolhimento

PROGRAMA: 1504
Atenção a Pessoa com Deficiência

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	25.143	82.972
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
Valores Globais	25.143	82.972
	108.115	

OBJETIVO:

Assegurar recursos humanos, materiais, financeiros às ações e políticas públicas de atenção aos portadores de deficiência.

INICIATIVAS:

Serviço de Atenção ao Portador de Deficiência

METAS: 2014- 2017

Fetivar os direitos sociais da Pessoa Portadora de Deficiência

PROGRAMA: 1505
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	996.410	3.288.153
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	996.410	3.288.153
Valores Globais		4.284.563

OBJETIVO:

Ação voltada para promover o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades, incentivando sua participação e a integração, através da atuação dos equipamentos da Assistência Social.

INICIATIVAS:

Manutenção da Casa de Acolhimento / Passagem / Família Acolhedora
 Gestão de Benefícios Eventuais
 Apoio a Entidades no Combate às Drogas
 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
 Serviço Móvel de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
 ACESSUAS Trabalho
 Serviço de Proteção e Acolhimento Especializado à Família e Indivíduos - PAEF

METAS: 2014- 2017

Atingir taxa de acompanhamento do PAIF de 10% das famílias cadastradas no CAD Único
 Atingir taxa de acompanhamento do PAIF de 10% das famílias com membros beneficiários do BPC
 Atingir o percentual de 60% de cadastramento no CAD Único das famílias com presença de beneficiários do BPC
 Atingir taxa de acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiários do Programa Bolsa Família de 10%
 Atingir o percentual de 50% de inclusão do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos

PROGRAMA: 1506
ASSISTÊNCIA AO IDOSO

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	40.800	134.640
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	40.800	134.640
Valores Globais		175.440

OBJETIVO:

Assegurar recursos humanos, materiais, financeiros às ações e políticas públicas de atenção aos idosos.
 Ampliar a rede de apoio a 3ª Idade

INICIATIVAS:

Serviço de Convivência do Idoso

METAS: 2014- 2017

Atingir o percentual de 50% de inclusão do público prioritário no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos

PROGRAMA: 1507
Gestão do SUAS Municipal

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	51.888	171.230
Despesas de Capital		
Outras Fontes		

Valores Globais	51.888	171.230
	223.118	

OBJETIVO:

Qualificar a gestão administrativo-financeira do FMAS

Fortalecer a rede socio-assistencial com ênfase na prevenção de riscos, publicando os projetos, programas e serviços e gerando maior articulação com outras políticas públicas.

Gerir os recursos e as políticas públicas do SUAS municipal e apoiar o controle social

INICIATIVAS:

Gestão do Programa Bolsa Família / IGD PBF

Manutenção do CMAS

Aprimoramento da Gestão do IGD SUAS

METAS: 2014- 2017

Atingir percentual mínimo de 60% de trabalhadores do SUAS de nível superior e médio com vínculo de servidor estatutário ou empregado

Instituição formal, na estrutura do órgão gestor da assistência social, as áreas constituídas como subdivisões administrativas, Proteção Social

Regulamentar a Assistência Social e o SUAS Municipal

ÓRGÃO 15: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
UNIDADE GESTORA 1503: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1508
ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
População residente com faixa etária de 0 a 14 anos	und	2010	19203
Crianças até 4 meses acompanhadas pelos Agentes de Saúde	%	2011	80,3
Taxa de analfabetismo funcional (a partir 15 anos)	%	2010	24,2

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	250.000	750.000
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	250.000	750.000
Valores Globais	250.000	1.000.000

OBJETIVO

Garantir atenção especial à criança e ao adolescente, normatizando, implantando e executando políticas de garantias de direitos das crianças e adolescentes.

Buscar parcerias e recursos financeiros para aplicá-los em ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

INICIATIVAS:

Manutenção e Fortalecimento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Financiamento de Projetos e/ou Apoio a Entidades de Atenção à Criança e ao Adolescente

METAS: 2014- 2017

Reordenar 100% dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

Captar recursos para aplicação nas políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes

Realizar em parceria com a Secretaria de Educação 08 seminários sobre os direitos da criança e do adolescente

Realizar ações para famílias com foco educativa sobre os cuidados / atenção às crianças e adolescentes

Apoiar entidades e/ou projetos que promovam serviços de atenção às crianças e adolescentes

Articular e estabelecer políticas públicas mensurando metas físicas e financeiras com as Secretarias de Saúde e Educação

ÓRGÃO 15: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
UNIDADE GESTORA 1504: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO INTERESSE SOCIAL

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1509
HABITAÇÃO SOCIAL

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	35.000	115.500
Despesas de Capital		
Outras Fontes	1.000.000	2.000.000
Valores Globais	1.035.000	2.115.500
	3.150.500	

OBJETIVO

Assegurar recursos humanos e materiais à promoção, inclusão social, valorização pessoal do idoso. Fortalecendo democraticamente esta faixa da população e buscando proteger os idosos de práticas discriminatórias e violentas, entre outros objetivos gerais.

INICIATIVAS:

Gestão da Política Pública de Habitação Social
 Construção e Melhoria de Habitação de Interesse Social

METAS: 2014- 2017

Elaborar / atualizar o Plano de Habitação de Interesse Social
 Implantar melhorias habitacionais para prevenção de Doenças de Chagas
 Reformar unidades habitacionais sociais em situação de risco
 Promover o aluguel social
 Construir unidades habitacionais de interesse social em parceria com a CEF
 Mapear o déficit habitacional local
 Outras políticas públicas de habitação de interesse social

ÓRGÃO 15: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
UNIDADE GESTORA 15.05: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1510
PROMOÇÃO DOS DIREITOS DO IDOSO

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	70.000	231.000
Despesas de Capital		
Outras Fontes		
	70.000	231.000
Valores Globais		301.000

OBJETIVO:

Assegurar recursos humanos e materiais à promoção, inclusão social, valorização pessoal do idoso. Fortalecendo democraticamente esta faixa da população e buscando proteger os idosos de práticas discriminatórias e violentas, entre outros objetivos gerais.

INICIATIVAS:

Proteção e Promoção aos Direitos do Idoso
Gestão das Políticas públicas de atenção ao idoso

METAS: 2014- 2017

Criar e manter grupos socio educativos de idosos
Promover o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo através dos centro e convivência do idoso e outros grupos do CRAS
Incluir os idosos nas atividades recreativas, de lazer e inclusão digital dos polos de atendimento

ÓRGÃO 19: CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE GESTORA 19.01: CÂMARA MUNICIPAL

PPA 2014 - 2017

PROGRAMA: 1901
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Esfera	Valor 2014	Valor 2015 - 2017
	(R\$)	(R\$)
Orçamento Fiscal e Seguridade Social		
Despesas Correntes	3.278.188	10.818.020
Despesas de Capital	233.306	769.911
Outras Fontes		
	3.744.800	11.587.930
Valores Globais	15.332.731	

OBJETIVO:

Conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação legislativa da Câmara Municipal.

INICIATIVAS:

Pessoal e Encargos Sociais
Ações de Manutenção Do Poder Legislativo Municipal
Construir e/ou Ampliar e Equipar a Sede do Legislativo

RECEITAS REALIZADAS 2009-2012, REVISADA 2013, ESTIMADA 2014 - 2017
TABELA I

R\$ 1

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADAS					ORÇADA	REVISADA	ESTIMADAS		
	2009	2010	2011	2012	2013			2014	2015	2016
RECEITA TOTAL → C = A + B	73.523.550	80.539.180	121.490.133	126.839.820	160.000.000	137.880.267	163.186.997	175.807.666	193.269.589	212.611.042
RECEITA CORRENTE – excluídas as deduções do Fundeb → A	67.705.032	75.823.706	94.387.531	104.277.697	131.550.000	115.480.267	134.821.636	149.012.407	165.441.680	183.686.373
Receitas Tributárias	3.630.035	3.941.007	4.526.570	6.104.523	5.500.000	6.776.020	8.123.605	9.021.264	10.018.114	11.125.115
Impostos	3.499.329	3.796.595	4.359.401	5.910.901	5.100.000	6.561.100	7.885.044	8.756.341	9.723.917	10.798.410
IPTU	144.811	151.636	191.522	259.125	200.000	287.628	319.267	354.547	393.724	437.230
IRRF	1.616.873	1.742.069	1.929.947	2.443.889	2.200.000	2.712.717	3.613.339	4.012.613	4.456.007	4.948.395
ITBI	81.523	84.564	141.132	165.364	200.000	183.554	203.745	226.259	251.261	279.025
ISS	1.656.122	1.818.326	2.096.800	3.042.523	2.500.000	3.377.200	3.748.692	4.162.923	4.622.926	5.133.759
Taxas	130.706	144.412	167.169	193.622	400.000	214.920	238.561	264.922	294.196	326.705
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	2.645.142	3.247.396	3.613.971	4.049.361	4.410.000	4.515.038	5.763.854	6.400.760	7.108.044	7.893.482
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	1.379.041	1.592.319	1.815.541	2.110.902	2.210.000	2.353.656	3.364.720	3.736.522	4.149.407	4.607.917
Contribuição para Custeio de Serv. Iluminação Pública	1.266.101	1.655.077	1.798.430	1.938.459	2.200.000	2.161.382	2.399.134	2.664.238	2.958.636	3.285.566
Receita Patrimonial	521.187	357.636	852.059	734.703	3.151.000	815.738	997.265	1.107.463	1.229.837	1.365.734
Receita de Valores Imobiliários	66.837	75.093	68.659	88.417	100.000	98.585	109.429	121.521	134.949	149.861
aluguéis	66.837	75.093	68.659	88.417	100.000	98.585	109.429	121.521	134.949	149.861
Receita de Valores Mobiliários	454.350	282.544	783.400	646.268	3.041.000	717.133	887.814	985.917	1.094.861	1.215.843
IPMM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundeb	46.423	19.716	154.153	47.370	100.000	52.581	58.581	65.054	72.243	80.226
FMS	27.232	-	-	1.011	10.000	1.122	1.246	1.384	1.537	1.706
FME	3.634	-	93.361	92.836	80.000	103.048	114.383	127.022	141.058	156.645
FNAS	8.014	6.543	20.116	17.107	300.000	18.989	21.078	23.407	25.993	28.866
AÇÕES SERV. PÚBLICOS DE SAÚDE	12.009	8.582	37.311	32.488	50.000	36.062	40.029	44.452	49.364	54.819
Outros Rec. Vinculados	263.557	170.386	396.422	405.539	300.000	450.148	499.665	554.878	616.192	684.281
Outros Rec. Não Vinculados	79.692	74.866	79.104	49.714	181.000	55.182	152.552	169.409	188.129	208.917
Renda Fixa IPM	13.788	2.272	2.933	202	10.000	224	280	311	345	383
renda variável IPM	-	179	-	-	10.000	-	-	-	-	-
cessão de direitos	-	-	-	-	2.000.000	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	18	10.000	20	22	25	28	31
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

[Handwritten mark]

Recitas Realizadas 2009-2012, Revisada 2013, Estimada 2014 - 2017
TABELA I

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADAS				ORÇADA	REVISADA	ESTIMADAS			
	2009	2010	2011	2012			2013	2014	2015	2016
Receita de Serviços	3.291.039	3.907.843	4.335.724	5.173.205	10.646.000	5.737.746	10.050.072	11.160.605	12.393.852	13.763.372
Serviços Adm.	5.205	10.100	9.552	4.064	340.000		399.100	443.201	492.174	546.559
Serviços Rep. Man. E Inst.	10.596	11.826	15.450	42.284	60.000	46.935	82.000	91.061	101.123	112.297
serviços de Captação, Adução, tratamento, reserva e distrib. De água	3.157.709	3.747.212	4.223.614	5.015.807	7.320.000	5.567.545	5.683.200	6.311.194	7.008.580	7.783.029
serviços de coleta, transp. Tratamento e destino final de esgotos	47.176	44.573	37.438	66.561	2.830.000	73.883	3.800.000	4.219.900	4.686.199	5.204.024
Religamento de água	29.218	47.652	27.225	31.688	70.000	35.174	70.000	77.735	86.325	95.864
serviços de abates de animais	33.687	36.860	14.454	-	5.000	-	-	-	-	-
Outros Serviços	7.447	9.620	7.990	12.801	21.000	14.209	15.772	17.515	19.450	21.599
Transferências Correntes*	54.983.150	61.372.887	75.338.552	83.680.839	102.245.000	92.739.007	102.659.998	113.969.552	126.528.799	140.475.829
Transferências da União	28.887.516	32.443.084	37.651.814	40.951.732	52.455.000	45.456.423	50.186.943	55.732.479	61.890.784	68.729.569
Cota-parte do FPM	19.651.471	21.211.221	26.024.252	26.771.024	32.000.000	29.715.837	32.984.579	36.629.375	40.676.921	45.171.721
Dedução do FPM para FUNDEB	(3.788.594)	(4.058.373)	(4.983.627)	(5.126.735)	(6.400.000)	(5.690.676)	(6.596.916)	(7.325.875)	(8.135.384)	(9.034.344)
Cota-parte do ITR	18.650	21.743	22.885	38.493	50.000	42.727	47.448	52.691	58.513	64.979
Dedução do ITR para FUNDEB	(3.730)	(4.275)	(4.577)	(7.679)	(10.000)	(8.524)	(9.490)	(10.538)	(11.703)	(12.996)
Cota-parte CFEM	2.831	2.458	36	3.628	10.000	4.028	4.471	4.965	5.513	6.122
Royalties / Fundo Especial Petróleo	224.966	279.029	361.086	393.923	500.000	437.255	485.571	539.227	598.811	664.980
Transferência do Salário Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cota-parte do IOF Ouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. Recursos SUS	9.616.020	11.160.826	12.071.685	13.567.862	18.055.000	15.060.326	16.724.492	18.572.549	20.624.815	22.903.858
Transf. Recursos FNAS	1.143.582	1.217.516	1.378.978	1.834.303	2.940.000	2.036.076	2.261.063	2.510.910	2.788.365	3.096.480
Transf. Recursos FNDE	1.694.003	2.531.008	2.735.323	3.437.856	5.220.000	3.816.020	4.237.690	4.705.955	5.225.963	5.803.432
Transf. Financeira - LC 87/96	48.831	37.725	38.282	36.983	50.000	41.052	45.588	50.625	56.219	62.432
ICMS - DESONERAÇÃO Dedução LC 87/96 para FUNDEB	(7.544)	(7.545)	(7.656)	(7.397)	(10.000)	(8.210)	(9.118)	(10.125)	(11.244)	(12.486)
Outras Transf. Da União	287.030	51.752	15.147	9.472	50.000	10.513	11.565	12.721	13.993	15.393
Transf. Dos Estados	7.095.477	6.704.794	8.883.550	9.138.107	11.240.000	10.143.298	11.264.133	12.508.820	13.891.045	15.426.005
Cota-parte do IPVA	559.630	570.751	767.700	915.173	1.000.000	1.015.842	1.128.092	1.252.746	1.391.175	1.544.899
Dedução IPVA para FUNDEB	(99.806)	(150.988)	(153.458)	(193.021)	(200.000)	(214.253)	(225.618)	(250.549)	(278.235)	(308.980)

2

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADAS				ESTIMADAS					
	2009	2010	2011	2012	ORÇADA 2013	REVISADA 2013	2014	2015	2016	2017
Cota-parte do ICMS	5.648.803	6.958.168	7.769.607	8.401.275	10.000.000	9.325.415	10.355.873	11.500.197	12.770.969	14.182.161
Dedução ICMS para FUNDEB	(1.086.780)	(1.354.636)	(1.553.921)	(1.670.269)	(2.000.000)	(1.853.999)	(2.071.175)	(2.300.039)	(2.554.194)	(2.836.432)
Cota-parte do IPI Exp.	29.444	35.454	41.922	32.428	50.000	35.995	39.972	44.389	49.294	54.741
Dedução IPI Exp. para FUNDEB	(5.840)	(7.164)	(8.384)	(6.486)	(10.000)	(7.199)	(7.994)	(8.878)	(9.859)	(10.948)
Transf. Cota-parte Comp. Financ. Expi. Rec. Natur.						-	-	-	-	-
Transf. Cota-parte CIDE	72.131	134.121	158.989	84.922	200.000	94.263	104.679	116.246	129.091	143.356
Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela produção do Petróleo - Lei nº 7.990/89, artigo 9º				34.645	40.000	38.456	42.705	47.424	52.665	58.484
Transf. Para programas de saúde - Repasse Fundo a Fundo				1.080.000	1.500.000	1.198.800	1.331.267	1.478.372	1.641.733	1.823.144
Transf. Para programas de Educação	315.200	-	477.031	387.440	-	430.059	477.580	530.353	588.957	654.037
Transf. Para programas de Assistência Social	-	-	-	72.000	-	79.920	88.751	98.558	109.449	121.543
Outras Transf. Dos Estados	1.662.695	519.088	1.384.066	-	660.000	-	-	-	-	-
Transf. Multigovernamentais	18.697.837	20.927.466	28.547.646	33.179.537	38.000.000	36.829.286	40.898.922	45.418.253	50.436.970	56.010.255
Transf. Rec. Do Fundeb	14.253.457	16.386.501	20.009.696	24.589.239	26.000.000	27.294.056	30.310.049	33.659.309	37.378.663	41.509.005
Transf. Compl. Ao Fundeb	4.444.380	4.540.965	8.537.950	8.590.297	12.000.000	9.535.230	10.588.873	11.758.943	13.058.307	14.501.250
Transf. De Instituiç. Privadas	-	30.000	115.995	-	-	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
Transf. Conv. União / Estados / Municípios	302.320	1.267.542	139.546	411.464	550.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000
Convênios União	-	19.576	71.220	137.951	350.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
Conv. Para Saúde	-	-	-	-	100.000	-	-	-	-	-
Conv. Para Educação	-	-	-	-	100.000	-	-	-	-	-
Conv. Para Assist. Social	-	-	-	-	50.000	-	-	-	-	-
Conv. Saneamento Básico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transf. De Conv c/ União.	-	19.576	71.220	137.951	100.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
Convênios Estados	302.320	1.247.967	68.326	273.512	200.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000
Conv. Para Saúde	-	-	-	-	100.000	-	-	-	-	-
Conv. Para Educação	-	-	42.480	-	50.000	-	-	-	-	-
Outras Transf. De Conv c/ Estado	302.320	1.247.967	25.846	273.512	50.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000

[Handwritten signature]

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADAS				ORÇADA 2013	REVISADA 2013	ESTIMADAS						
	2009	2010	2011	2012			2014	2015	2016	2017			
Outras Transf. Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	574.517	606.620	2.899.455	1.430.379	2.308.000	1.606.718	2.485.142	2.087.107	2.315.522	2.569.177			
Multas e Juros de Mora de Tributos	-	-	-	122	1.000	135	150	167	185	205			
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa dos Tributos	-	-	34	-	1.000	-	81.722	-	-	-			
Multas da Legislação e Outras Receitas de Trânsito	148.810	119.760	542.174	766.212	1.000.000	850.495	850.495	944.475	1.048.839	1.164.736			
Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	8.779	6.704	15.709	49.841	30.000	55.323	61.437	68.225	75.764	84.136			
Multas e Juros de Mora de Outras Origens	-	-	-	66.298	140.000	73.591	-	-	-	-			
Multas Ref. Serv. Distr. Água	-	49.243	57.467	-	-	-	74.176	82.372	91.475	101.583			
Multas de Outras Origens	47.632	-	-	-	-	-	15.000	16.658	18.498	20.542			
Indenizações	-	-	-	199	50.000	220	20.245	22.482	24.966	27.725			
Restituições	124.431	127.930	418.404	146.078	440.000	162.147	357.064	396.520	440.335	488.992			
Receitas da Dívida Ativa Tributária	174.935	282.423	333.056	249.301	400.000	276.724	307.302	341.259	378.968	420.844			
Receitas da Dívida Ativa não Tributária	-	-	118.093	142.417	100.000	158.083	175.551	194.949	216.491	240.414			
Rec. Diversas	69.930	20.560	1.414.517	-	146.000	30.000	542.000	20.000	20.000	20.000			
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	9.912	-	-	-	-	-	-			
RECEITAS DE CAPITAL	5.818.518	4.715.474	27.102.603	22.562.123	28.450.000	22.400.000	28.365.361	26.795.258	27.827.909	28.924.668			
Operações de Crédito	-	-	-	-	6.000.000	-	2.000.000	-	-	-			
Alienação de Bens	23.000	-	-	-	100.000	-	50.000	50.000	50.000	-			
Amortiz. De Empr. p/Financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Transf. De Capital	5.795.518	4.715.474	27.102.603	22.485.536	22.300.000	22.300.000	26.215.361	26.645.258	27.677.909	28.824.668			
Transf.	-	-	48.667	-	-	-	500.000	-	-	-			
Intergovernamentais	-	-	48.667	-	-	-	500.000	-	-	-			
Transf. União p/SUS	5.795.518	4.715.474	27.053.936	22.485.536	22.300.000	22.300.000	25.715.361	26.645.258	27.677.909	28.824.668			
Transf. Convênios	5.198.318	2.504.789	26.653.351	21.671.041	21.400.000	21.400.000	25.715.361	26.645.258	27.677.909	28.824.668			
Convênios da União	140.360	-	-	173.333	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000			
Convênios para Saúde	-	593.590	2.156.719	3.874.749	800.000	800.000	800.000	800.000	800.000	800.000			
Conv. Para Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Conv. Para Assist. Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Conv. Saneamento Básico	-	-	17.801.861	8.191.660	8.000.000	8.000.000	12.000.000	12.000.000	12.000.000	12.000.000			

TABELA I
 Receitas Realizadas 2009-2012, Revisada 2013, Estimada 2014 - 2017

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADAS				2012	ORÇADA			ESTIMADAS		
	2009	2010	2011	2013		2013	2014	2015	2016	2017	
Conv. Infra-estrutura em Transporte				4.000.000		4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000		
Outras Transf. De Conv. Da União	5.057.958	1.911.199	6.694.771	8.100.000	9.431.299	8.415.361	9.345.258	10.377.909	11.524.668		
Convênios do Estado	597.200	2.210.685	400.585	900.000	814.495	700.000	700.000	700.000	700.000		
Convênios para Saúde			152.570	200.000	-	100.000	100.000	100.000	100.000		
Conv. Para Educação				200.000	401.543	100.000	100.000	100.000	100.000		
Outras Transf. De Conv. Dos Estados	597.200	2.210.685	248.015	500.000	412.952	500.000	500.000	500.000	500.000		
Outras Receitas de Capital				50.000	76.587	50.000	50.000	50.000	50.000		
Receitas Intra-orçamentárias Correntes	2.059.963	2.390.317	2.821.200	3.290.000	3.104.688	4.741.700	5.265.658	5.847.513	6.493.663		